

SUMÁRIO – 2 - PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	2-1
2.1. INTRODUÇÃO	2-1
2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	2-2
2.2.1. ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS IMPACTOS, OBJETIVOS E METAS.....	2-2
2.2.2. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	2-4
2.2.3. COMPETÊNCIA, TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO	2-5
2.2.4. COMUNICAÇÃO	2-5
2.2.5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO.....	2-27
2.2.6. DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS	2-28
2.2.7. VERIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO SGA	2-29
2.2.8. GERENCIAMENTO E CONTROLE DO PBA.....	2-29
2.2.9. AUDITORIA INTERNA E ANÁLISE CRÍTICA	2-35
2.2.10. PLANO DE ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS DA UHE BELO MONTE (PERBM).....	2-37
2.2.10.1. GERENCIAMENTO E CONTROLE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PERBM.	2-37
2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO	2-38
2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO.....	2-40
2.5. ATIVIDADES PREVISTAS	2-42
2.6. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS	2-46
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2-48
2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO	2-52
2.9. ANEXOS	2-53

2. PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1. INTRODUÇÃO

No período coberto por este relatório consolidado, o Plano de Gestão Ambiental (PGA) da UHE Belo Monte continuou a aplicar as ferramentas do Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA), além de procedimentos e estratégias criadas para o acompanhamento contínuo da implantação dos planos, programas e projetos do PBA e de seus resultados, associados à análise crítica integrada para o alcance da agilidade necessária à tomada de decisão e ao atendimento do escopo, metas, cronograma, e demais requisitos de cada componente do PBA, bem como das condicionantes e demais compromissos assumidos pelo empreendedor no âmbito do processo de licenciamento.

Destaca-se também a estruturação e a operacionalização do Plano de Gerenciamento do Enchimento dos Reservatórios (PGER), constante do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM), para gerenciamento e controle da implantação dos 16 (dezesesseis) pacotes de trabalho que, junto com o PGER, o compõem em termos do cumprimento do escopo de todos os trabalhos necessários para atingir os seus objetivos.

Além da atuação do Plano de Gestão no desenvolvimento e gerenciamento do PERBM, o mesmo participa no apoio às equipes de campo envolvidas nas atividades diárias do enchimento e no gerenciamento de todas as informações/demandas geradas durante o período.

Ainda sobre o PERBM, vale destacar que o Ofício OF 02001.013024/2015-39, de 25/11/2015, considerou o Plano de Enchimento adequado e solicitou o envio de relatórios consolidados mensais (RCMs). Assim, inaugurando uma série de relatórios mensais em observância à referida demanda, a CE 477/2015-DS protocolou, em 29/12/2015, o 1º RCM do PERBM. Maiores detalhes sobre os resultados do desenvolvimento do PERBM constam do item “*Resultados Consolidados*”.

A atuação integrada foi intensificada com a continuidade das reuniões periódicas dos grupos de trabalho, cujas interfaces permitem aos diversos programas de diferentes meios e pacotes de trabalho uma execução conjunta, em campo, das atividades e dos planos de ação estabelecidos. A estratégia de abordagem sistêmica e integrada tem possibilitado:

- a. Aprimorar o nível de interface entre os diferentes Planos, Programas e Projetos constantes do PBA e entre estes e aqueles componentes do PBA do Componente Indígena (PBA-CI);
- b. Hierarquizar níveis de gestão diferenciados para esses pacotes de trabalho à luz de seus riscos e frente às suas metas;

- c. Avaliar, sempre que possível em caráter preventivo, eventuais impactos gerados pelo processo de implantação da UHE Belo Monte porventura não antevistos no âmbito do EIA; e
- d. Garantir o foco e alcançar resultados cada vez mais robustos e sustentáveis.

2.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS

2.2.1. ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS IMPACTOS, OBJETIVOS E METAS

No âmbito do PGA, dois processos fundamentais da avaliação socioambiental dos resultados do empreendimento são previstos e conduzidos periodicamente, em decorrência da dinâmica de implantação do empreendimento, quais sejam: (i) avaliação e atualização dos impactos ambientais e ações de gestão; e (ii) acompanhamento e atualização dos objetivos e metas do projeto.

Quanto ao primeiro, conforme previsto e visando contribuir para o processo de planejamento da Gestão da Operação do empreendimento, foi realizada, no período coberto por este relatório, a revisão da Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais (Anexo 01), de acordo com o que estabelece o Padrão de Sistema (PS) de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais, que adota os mesmos critérios do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Vale lembrar que na atualização, de acordo com a metodologia estabelecida no referido procedimento, pressupõe-se a possibilidade de redimensionar ou de propor novas ações de gestão voltadas para prevenir, mitigar ou monitorar os impactos considerados significativos, sempre vinculados aos respectivos pacotes de trabalho por eles responsáveis. Além disso, a verificação da efetividade das novas ações proporciona uma gestão adequada dos impactos relacionados à implantação da UHE Belo Monte e uma antevisão dos procedimentos que serão necessários à Etapa de Operação, com vistas à melhoria contínua do desempenho do empreendedor.

A mesma avaliação é aplicada para cada novo impacto detectado e, em relação às ações para os novos impactos, o referido procedimento estabelece passos para o acompanhamento das mesmas na evolução do cenário das atividades do empreendimento.

Vale aqui destacar que, para a atualização realizada no período abarcado por este relatório, foi de suma relevância a análise crítica do Parecer Técnico nº 02001.003622/2015-08 COHID IBAMA sobre a solicitação da Norte Energia para a concessão da Licença de Operação (LO) da UHE Belo Monte, dado o mesmo ter dado destaque a alguns impactos que, a despeito de já terem sido previstos no EIA e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tiveram as ações de prevenção e/ou mitigação propostas e em curso pela Norte Energia, mas foram consideradas insuficientes pelo IBAMA – com destaque para aquelas associadas às áreas de baixio da cidade de Altamira frente à formação do Reservatório Xingu. Ainda nesse sentido, impactos cujas ações de prevenção e/ou mitigação já vinham sendo há muito discutidas com o

IBAMA, como as relacionadas à manutenção da qualidade das águas do futuro Reservatório Xingu, voltaram a ser questionadas pelo órgão, demandando o reforço das justificativas e análises técnicas antes já realizadas e divulgadas junto a sua equipe técnica. O processo de acompanhamento e atualização dos impactos culmina na emissão da planilha acima referenciada, atualizada e denominada de “Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais”.

Quanto ao segundo processo, de acordo com o “*Manual de Gestão Ambiental da UHE Belo Monte*”, os “Objetivos e Metas” devem ser analisados semestralmente quanto à sua contínua pertinência e, se cabível, devem sofrer atualização.

A sua atualização permite que eventuais adequações nas diretrizes possam aumentar a efetividade das medidas em curso ou das novas ações propostas com vistas a prevenir, mitigar, monitorar, potencializar (no caso de impactos de natureza positiva) ou compensar os impactos associados aos respectivos pacotes de trabalho por elas responsáveis, contribuindo para o seu acompanhamento e para a contínua melhoria no desempenho do empreendimento.

Este relatório consolidado contém, no âmbito de cada pacote de trabalho, planilhas de objetivos e de metas demonstrando o seu atendimento ou justificando a necessidade de ajuste a escopo e cronograma, atualizando o que foi apresentado no Relatório complementar de Solicitação da LO, protocolado em 10/07/2015, em atendimento ao item 1 do OF 02001.006165/2015-03, onde as mesmas foram incorporadas, conforme solicitação expressa do órgão ambiental, por pacote de trabalho, bem como considerando o Parecer Técnico nº 02001.003622/2015-08 COHID IBAMA.

Diante desta estratégia de análise e acompanhamento dos resultados do projeto, conclui-se que:

- Os impactos identificados na fase de licenciamento ambiental prévio da UHE Belo Monte continuam a ser adequada e periodicamente revisitados;
- O processo de atualização de impactos, objetivos e metas considera as manifestações feitas pelo IBAMA e principais *stakeholders* e continua a permitir a identificação dos impactos potenciais nas diferentes etapas do empreendimento, inclusive os indiretos e os que se manifestam de maneira cumulativa e sinérgica com outros empreendimentos;
- A integração contínua das informações no curso da implementação do PGA e a proximidade do empreendedor com o órgão ambiental facilitam o processo de identificação da ocorrência de eventuais novos impactos;
- A proposição de novas ações de gestão contribui tanto para atingir as diretrizes como para prevenir, mitigar, monitorar ou promover a compensação ambiental e, assim, contribuir para a melhoria do desempenho do projeto;

- Os Planos, Programas e Projetos do PBA que apresentam interfaces estão efetivamente promovendo a troca de informações e dados, interação esta realizada sob a responsabilidade do PGA e evidenciada pela formação de Grupos de Trabalho (GTs), os quais contribuem tanto para a reavaliação periódica de impactos, a análise da eficácia, eficiência e efetividade das ações contidas no PBA, para fazer frente a esses e outros impactos porventura antes não detectados, como para a proposição de novas ações de gestão; e
- Os Programas e Projetos de monitoramento estabelecidos contemplam metodologias capazes de controlar, identificar e mensurar as alterações induzidas pelo empreendimento, embora alguns aspectos necessitem de um período maior para uma análise conclusiva dos seus resultados.

Em linhas gerais, considera-se que as medidas de prevenção, mitigação e gestão propostas, e que vêm sendo colocadas em prática, constituem estratégia adequada para que se evite, controle e minimize os impactos já verificados. Esta conclusão continua válida também no tocante ao Plano Ambiental de Construção (PAC) e sua função de prevenir, monitorar e controlar os impactos relacionados à implantação dos elementos de infraestrutura relacionados às obras civis principais.

2.2.2. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

A Norte Energia estabelece e mantém uma sistemática para o levantamento, monitoramento, atualização e acesso aos requisitos legais aplicáveis e a outros subscritos pela organização, relacionados aos aspectos ambientais, conforme consta do Padrão de Sistema “*Identificação dos Requisitos Legais e outros Requisitos Aplicáveis*”.

Assim, no período coberto por este relatório, foi atualizada a Planilha de Normas e Leis do PBA (Anexo 02), que contém o arcabouço legal aplicável a cada um dos Planos, Programas e Projetos do PBA e pressupõe a identificação de revogações, medidas provisórias transformadas em lei, novas leis criadas etc.

Em função desta atualização, foi também revisitado o Manual de Requisitos Jurídico-Ambiental (Anexo 03) para refletir as atualizações feitas à referida Planilha. Ambos encontram-se disponíveis no Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) da Norte Energia em sua última versão válida, para conhecimento de todos. Vale lembrar que o Manual descreve, de forma objetiva, como a legislação disciplina os principais temas ou áreas de impacto no processo de implantação da referida UHE, conferindo funcionalidade ao arcabouço legal básico selecionado, nas esferas federal, estadual e municipal, suficiente para dirimir as dúvidas genéricas advindas do dia-a-dia das operações. Estes temas são divididos em de caráter geral e aqueles vinculados aos processos, aspectos e impactos da implantação do empreendimento.

Por fim, continua o enquadramento legal das não conformidades identificadas em campo, para incorporação a cada um dos registros de não conformidade, via SGP, e

que contempla não apenas o normativo aplicável, mas também aquele relativo às cláusulas contratuais afetadas pelos respectivos desvios, no âmbito dos contratos firmados entre as executoras e o empreendedor. Maiores detalhes deste assunto podem ser encontrados, neste capítulo, no item “*Gestão da Conformidade*”.

2.2.3. COMPETÊNCIA, TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

A organização estabeleceu procedimentos que asseguram a identificação das necessidades de treinamento e provê treinamentos ou ações necessárias, conforme estabelecido no “*Manual de Treinamento, Conscientização e Competência voltado ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA)*”.

2.2.4. COMUNICAÇÃO

O empreendedor estabeleceu, implementa e mantém procedimentos para a comunicação interna e com as partes interessadas externas, conforme estabelecido, principalmente, no Padrão de Sistema “*Comunicação Social do PBA*”, no “*PS Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade*”, no Padrão de Sistema “*Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM)*” e no “*Manual de Gestão Ambiental*”, os quais gerenciam o recebimento e as respostas às demandas internas e externas, registrando os posicionamentos.

Outros resultados podem ser observados no âmbito do pacote de trabalho 7.2 Programa de Interação Social e Comunicação.

No que diz respeito às reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM), até o período coberto por este relatório foram realizadas 18 (dezoito) reuniões do Colegiado e 89 (oitenta e nove) reuniões das Comissões específicas e Comitês temáticos. Nos quadros a seguir, apresenta-se a distribuição das reuniões realizadas e suas respectivas composições.

Quadro 2. - 1 – Dados Consolidados Gerais das reuniões do Fórum de Acompanhamento Social Belo Monte (FASBM) até 31/12/2015

ASSUNTO DA COMISSÃO/COMITÊ	DATA DE INÍCIO	Nº DE ENCONTROS	Nº TOTAL DE PARTICIPANTES
Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social – FASBM	14/07/2011	18	597
Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais (CMSSE)	24/11/2011	11	237
Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida (CAPA)	12/04/2011	12	201
Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB)	29/11/2011	10	151
Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande de Xingu (CPGIVGX)	12/07/2012	13	331
Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA)	08/11/2012	08	376
Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações –STE (CASTE)	30/10/2012	14	223
Comitê de Acompanhamento Permanente do Reassentamento Urbano Coletivo (CPRUC)	20/04/2012	18	327
Comissão Técnica do Cacau (CTC)	16/12/2014	03	50
TOTAL GERAL			2.494

Quadro 2 - 2 – Dados consolidados do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social (FASBM)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	14/07/2011	Abertura e criação do Fórum	60
2	11/08/2011	Proposição, discussão e aprovação do regimento interno	35
3	12/10/2011	Apresentação do Projeto Básico Ambiental	34
4	30/11/2011	Obras sociais previstas, comissões do Fórum	34
2012			
5	25/01/2012	Programa de Remanejamento da População UHE Belo Monte	53
6	19/04/2012	Regularização fundiária	39
7	31/07/2012	Plano de Saúde Pública	28
8	23/10/2012	Programa de Acompanhamento Social	38
2013			
9	05/02/2013	Projeto de Recomposição/Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação	44
10	30/04/2013	Apresentação de Informações sobre o Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	49
11	24/09/2013	Apresentação do Projeto Orla de Altamira	25
2014			
12	18/03/2014	Apresentação de Informações sobre o andamento do Projeto Parques e Reurbanização de Orla de Altamira/PA	60
13	29/10/2014	Apresentação de informações sobre o andamento dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural	18
14	09/12/2014	1ª Visita guiada do Colegiado do FASBM aos Canteiros de Obras da UHE Belo Monte	10
2015			
15	24/03/2015	Apresentação de informações sobre os resultados dos programas do Plano de Articulação Institucional.	13
16	30/06/2015	Apresentação de informações sobre os avanços e resultados dos Programas Socioeconômicos do PBA da UHE Belo Monte	17
17	22/09/2015	Reunião extraordinária - Apresentação de informações sobre o processo de enchimento dos reservatórios da UHE Belo Monte.	22
18	15/12/2015	Apresentação de informações sobre o balanço de ações socioambientais e resultados pós enchimento dos reservatórios da UHE Belo Monte.	19
TOTAL			598

Quadro 2 - 3 – Dados consolidados da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais (CMSSE)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	24/11/2011	1ª Abertura e criação da CMSSE	28
2	12/12/2011	2ª Apresentação dos planos, programas e projetos socioeconômicos do PBA	22
2012			
3	29/05/2012	3ª Informações sobre as obras dos equipamentos sociais	28
4	13/09/2012	Atendimento a solicitação da entidade de apresentação sobre o PBA e seus programas socioeconômicos	36
2013			
5	26/02/2013	4ª Apresentação do Projeto de Recomposição/ Adequação da Infraestrutura e Serviços de Educação, com apresentação do Sistema de Análise de Suficiência das Obras de Educação.	19
6	28/11/2013	5ª Apresentação de informações sobre o Programa de Educação Ambiental da UHE Belo Monte	17
2014			
7	10/04/2014	6ª Apresentação de informações sobre o Programa de Acompanhamento Social da UHE Belo Monte	21
8	22/08/2014	7ª Apresentação de informações sobre o acompanhamento social das famílias da área urbana de Altamira	19
2015			
9	04/02/2015	8ª Apresentação de informações sobre o Programa de Estudo, Preservação, Revitalização e Valorização do patrimônio Histórico, Paisagístico e Cultural	23
10	05/08/2015	9ª Apresentação de informações sobre os resultados do Projeto de Recomposição de Infraestrutura e Serviços de Educação.	10
11	08/12/2015	10ª Apresentação de informações sobre o Projeto Parques e Orla e Viário de Altamira	14
TOTAL			237

Quadro 2 - 4 – Dados consolidados da Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida (CAPA)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	12/04/2011	Criação da Comissão e discussão sobre assistência técnica aos agricultores das áreas afetadas	11
2	26/08/2011	1ª Apresentação das negociações cartas de crédito	9
3	02/09/2011	2ª Apresentação das negociações cartas de crédito	15
4	15/09/2011	3ª Inventário florestal e delineamento do mercado madeireiro	39
2012			
5	20/04/2012	Criação do Comitê Permanente de Acompanhamento do Reassentamento Urbano (<i>ver quadro específico após criação</i>)	19
2013			
6	12/08/2013	4ª Apresentação da revisão do Caderno de Preços da área rural	11
7	04/09/2013	5ª Apresentação de informações sobre o Caderno de Preços da Zona Rural	18
8	23/09/2013	6ª Apresentação de justificativa técnica para revisão dos valores, bem como os critérios utilizados para o cálculo dos preços, incluindo o detalhamento das metodologias empregadas, do caderno de preços revisado.	30
2014			
9	27/06/2014	7ª Apresentação de Informações sobre o Reassentamento Rural.	09
10	25/09/2014	8ª Apresentação de informações sobre: <ul style="list-style-type: none"> – Caderno de Preços Rural (revisão 2013) - Apresentação da consolidação final dos valores indenizatórios da cultura do cacaueteiro tecnificado (incorporação das recomendações da CEPLAC e APRUPAVIX a proposta inicial da Norte Energia); – Carta de Crédito; e – Procedimentos de Negociações. 	15
11	24/04/2015	9ª Apresentação de informações sobre o andamento do Projeto de Relocação da Área Rural.	14
12	09/12/2015	10ª Apresentação de informações sobre o andamento do reassentamento rural coletivo (RRC) e reassentamento em áreas remanescentes (RAR)	11
TOTAL			201

Quadro 2 - 5 – Dados consolidados da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2011			
1	29/11/2011	1ª Abertura e criação da Comissão	16
2012			
2	26/03/2012	2ª Planos, programas e projetos Físicos e Bióticos	14
3	08/08/2012	3ª Delineamento do Mercado Madeireiro	20
2013			
4	23/04/2013	4ª Informações sobre o monitoramento da qualidade da água	17
5	27/08/2013	5ª Apresentação de Informações sobre o Programa de Salvamento do Patrimônio Paleontológico	09
2014			
6	27/03/2014	6ª Apresentação de informações sobre o Projeto de Endemias com destaque para a fauna silvestre.	07
7	30/09/2014	7ª Apresentação de informações sobre o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno dos Reservatórios - PACUERA	15
2015			
8	18/03/2015	8ª Apresentação de informações sobre Supressão da Vegetação e Resgate de Fauna.	15
9	24/08/2015	9ª Apresentação de informações sobre as atividades de monitoramento da qualidade da água e da ictiofauna no Trecho de Vazão Reduzida em função das obras de implantação para o barramento do rio Xingu.	18
10	02/12/2015	10ª Apresentação de informações sobre a qualidade da água e saneamento em Altamira.	20
TOTAL			151

Quadro 2 - 6 – Dados consolidados da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (CGIVGX)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	12/07/2012	1ª Criação da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu	55
2	30/10/2012	2ª Sistema de Transposição de Embarcações	59
2013			
3	27/03/2013	3ª Apresentação dos Resultados de Monitoramento da Navegação e das condições de vida da População	17
4	05/06/2013	4ª Apresentação dos Estudos da Qualidade da Água do Rio Xingu	18
5	12/11/2013	5ª Apresentação de informações sobre as reuniões com as comunidades da Volta Grande: Ressaca, Ilha da Fazenda, Bacajá, Nova Conquista, Maranhenses e Bacajá. Preparação do STE para o próximo período de cheia. Reunião em conjunto com a 3ª Reunião do Comitê Permanente de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações (CASTE)	19*
6	03/12/2013	Visita às instalações do Sistema de Transposição de Embarcações - STE	11
2014			
7	16/04/2014	6ª Apresentar informações sobre: cronograma das próximas reuniões com comunidades da Volta Grande; resultados do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu; funcionamento do STE.	19
8	17/09/2014	7ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 4ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE. <u>Foram tratados:</u> i. Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Vida na Volta Grande e informe da alteração do período de fechamento do canal direito do Rio Xingu; ii. Resultado do monitoramento do STE durante o período de cheia/2014.	39*

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
9	09/12/2014	<p>8ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 5ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE.</p> <p><u>Foram tratados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande. - Preparação do STE para o próximo período de cheia/2015. 	12
2015			
10	04/03/2015	<p>9ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 6ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações. Foram tratados:</p> <p>Apresentação de informações sobre o Sistema de Transposição de Embarcações – STE em 2015 para o período de cheia e a formação do reservatório do Xingu.</p>	24
11	23/06/2015	<p>10ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações. Foram tratados:</p> <p>Informações de etapas do Enchimento do Reservatório: funcionamento do STE e apresentação do Material de Comunicação;</p> <p>Retorno das reuniões realizadas nas comunidades da Volta Grande (Ilha da Fazenda, Ressaca, Bacajaí, Bacajá)</p> <p>Esclarecimentos de questões pendentes e encaminhamentos</p>	14
12	26/08/2015	<p>11ª Reunião: Apresentações de informações sobre:</p> <p>Balanço do fechamento do Canal direito e da obrigatoriedade de uso do STE; Ações previstas para o Enchimento do Reservatório no TVR; e Apresentação do Índice de Sustentabilidade Socioambiental.</p>	29

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
13	17/12/2015	12ª Reunião para apresentação de informações sobre as ações e resultados pós enchimento dos reservatórios da UHE Belo Monte e resultado da pesquisa de satisfação do Sistema de Transposição de Embarcações.	15
TOTAL			331

Nota: como as reuniões ocorreram de maneira conjunta, o quantitativo de participantes foi somado em ambas as comissões.

Quadro 2 - 7 – Dados consolidados da Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	08/11/2012	Criação da Comissão da Comissão da Pesca	57
2	29/11/2012	1ª Apresentação do desenvolvimento do Cadastro Socioeconômico, Projetos Relacionados e Projeto Orla, bem como a apresentação do Projeto de Incentivo à Pesca Sustentável.	55
3	13/12/2012	2ª Apresentação dos dados de Monitoramento obtidos, Resultados das vistorias ocorridas em 07 e 14 de novembro, compensação aos pescadores e proposição para a coordenação das reuniões da Comissão.	40
2013			
4	26/06/2013	3ª Reunião I. Informes do andamento dos encaminhamentos da última reunião; II. Informes relativos às ações de reassentamento urbano de interesse dos pescadores moradores até a cota 100 de Altamira; III. Detalhamento de dados do CSE e levantamentos da pesca; IV. Apresentação do Projeto de Aquicultura e Peixes Ornamentais; V. Apresentação dos resultados do Projeto de Pesca Sustentável e VI. Agenda de capacitações.	46
2014			
5	10/12/2014	4ª Reunião I. Projeto de reassentamento rural do Pedral; II. Situação das construções nas colônias de pesca; III. Sugestões de Cursos de Capacitação para o setor Pesqueiro;	56

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2015			
6	05/03/2015	5ª Reunião i. Avanços da Norte Energia nos compromissos do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Pesca e Norte Energia; ii. Avanços do Ministério da Pesca nos compromissos do Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Pesca e Norte Energia; iii. Programação dos cursos para instalação de Piscicultura; iv. Disponibilidade de cursos de capacitação profissionalizante.	44
7	24/06/2015	6ª Reunião: i Metodologia e resultados dos estudos realizados junto aos pescadores de Altamira e Vitória do Xingu; ii Outros Assuntos e Informes	34
8	02/09/2015	7ª Reunião: Apresentação de informações sobre o andamento das atividades previstas no Acordo de Cooperação Técnica ACT entre Norte Energia e MPA e demais assuntos que tenham permanecido como encaminhamento da reunião anterior. Documento protocolado no IBAMA	44
TOTAL			376

Quadro 2 - 8 – Dados consolidados Comitê de Acompanhamento do Sistema de Transposição de Embarcações (CASTE)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	30/10/2012	Discussão sobre as Atribuições do Comitê, apresentação sobre andamento das obras, funcionamento do sistema e Plano de Contingência	59
2	10/12/2012	1ª Apresentação do Plano de Contingência do Sistema de Transposição de Embarcações, Andamento das obras do STE, e Atribuições do Comitê.	6
2013			
3	06/02/2013	1ª Visita ao Sistema de Transposição de Embarcações	12
4	21/03/2013	2ª Reunião Apresentação de informações sobre o Funcionamento do STE	4
5	12/06/2013	2ª Visita ao Sistema de Transposição de Embarcações para apresentação de informações sobre o Funcionamento do STE	8

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
6	12/11/2013	3ª Apresentação de informações sobre as reuniões com as comunidades da Volta Grande (Ressaca, Ilha da Fazenda, Bacajaí, Nova Conquista, Maranhenses e Bacajá) e a preparação do STE para o próximo período de cheia. Reunião conjunta com a 5ª Reunião da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (CPGIVGX)	19*
7	03/12/2013	3ª Visita às instalações do Sistema de Transposição de Embarcações - STE	2
2014			
8	24/04/2014	4ª Visita técnica para acompanhamento do funcionamento do STE	05
9	17/09/2014	4ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE e 7ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu. <u>Foram tratados:</u> i. Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Programa de Monitoramento da Navegabilidade e das Condições de Vida na Volta Grande e informe da alteração do período de fechamento do canal direito do Rio Xingu; ii. Resultado do monitoramento do STE durante o período de cheia/2014.	39*
10	09/12/2014	5ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações – STE e 8ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu e <u>Foram tratados:</u> - Balanço dos resultados obtidos, até o momento, do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande. - Preparação do STE para o próximo período de cheia/2015.	12
2015			

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
11	04/03/2015	6ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações e 9ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu Foram tratados Apresentação de informações sobre o Sistema de Transposição de Embarcações – STE em 2015 para o período de cheia e a formação do reservatório do Xingu.	24
12	23/06/2015	7ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento Permanente do Sistema de Transposição de Embarcações e 10ª Reunião Ordinária da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu. Foram tratados: Informações de etapas do Enchimento do Reservatório: funcionamento do STE e apresentação do Material de Comunicação; Retorno das reuniões realizadas nas comunidades da Volta Grande (Ilha da Fazenda, Ressaca, Bacajá, Bacajá) Esclarecimentos de questões pendentes e encaminhamentos	14
13	28/08/2015	5ª Visita técnica para acompanhamento do funcionamento do STE	04
14	17/12/2015	8ª Reunião para apresentação de informações sobre as ações e resultados pós enchimento dos reservatórios da UHE Belo Monte e resultado da pesquisa de satisfação do Sistema de Transposição de Embarcações.	15
TOTAL			223

Nota: como as reuniões ocorreram de maneira conjunta, o quantitativo de participantes foi somado em ambas às comissões.

Quadro 2 - 9 – Dados consolidados Comitê de Acompanhamento Permanente do Reassentamento Urbano Coletivo (CPRUC)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2012			
1	20/04/2012	Criação do Comitê Permanente de Acompanhamento do Reassentamento Urbano	19*
2013			
2	22/03/2013	1ª Apresentação do projeto de Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	24
3	09/04/2013	2ª Apresentação de informações sobre o projeto de Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	40
4	10/05/2013	3ª Balanço das atividades Reassentamento Urbano Coletivo - RUC, e encaminhamentos.	26
5	05/07/2013	1ª Visita do Comitê de Acompanhamento do RUC às Casas Modelo para o Reassentamento Urbano Coletivo, construídas na Gleba Jatobá	14
6	01/08/2013	Reunião com Ibama - Caderno de Preços	23
7	08/08/2013	4ª Apresentação sobre o Caderno de Preços de Terras, Terrenos e Benfeitorias.	20
8	13/11/2013	5ª Apresentação de informações sobre o processo de negociação e mudança das famílias interferidas pela UHE Belo Monte na cidade de Altamira/PA	20
2014			
9	28/02/2014	6ª Apresentação de informações sobre as mudanças das famílias para os novos bairros.	20
10	14/05/2014	7ª Apresentação sobre o início das mudanças das famílias para o RUC São Joaquim	18
11	18/08/2014	8ª Apresentação de informações sobre o andamento da relocação da população para os novos bairros (Reassentamento Urbano Coletivo - RUC)	15
12	26/08/2014	2ª Visita do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano do Fórum de Acompanhamento Social aos novos bairros Jatobá e São Joaquim.	06
13	31/10/2014	9ª Apresentação de informações sobre o balanço das atividades do Projeto de Reassentamento Urbano Coletivo - RUC	14
2015			
14	24/02/2015	10ª Apresentação de informações sobre o andamento da relocação da população diretamente atingida da área urbana de Altamira e consulta sobre inclusão de novas instituições no Comitê.	17

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
15	23/04/2015	11ª Resultados da Reunião Devolutiva agendada para o dia 03/03 entre Norte Energia e Prefeitura Municipal de Altamira. Apresentação de pesquisa de satisfação dos moradores do RUC.	13
16	25/06/2015	12ª Apresentação de informações sobre o andamento das relocações nos reassentamentos urbanos coletivos de Altamira	10
17	06/08/2015	13ª Apresentação de informações sobre o andamento do Projeto de Reassentamento Urbano	8
18	03/12/2015	14ª Apresentação de informações sobre o andamento das relocações urbanas em Altamira	20
TOTAL			327

Nota: o nº de participantes da reunião de criação está contemplado no somatório das reuniões da CAPA, onde este Comitê foi criado; portanto, aqui ele não será somado.

Quadro 2 - 10 – Dados consolidados da Comissão Técnica do Cacau (CTC)

Nº	DATA	TEMA	Nº PARTICIPANTES
2014			
1	16/12/2014	Reunião de Abertura e criação da Comissão	16
2015			
2	04/03/2015	1ª Reunião - Apresentações dos calendários e ações de cada instituição integrante desta comissão para o ano de 2015.	19
3	18/06/2015	2ª Reunião – Temas: Andamento das atividades do projeto; e Comercialização.	15
TOTAL			50

A seguir são apresentados os quadros de composição do Colegiado do FASBM, de suas Comissões e seus Comitês, os quais evidenciam a representatividade das reuniões do FASBM enquanto espaço de participação das organizações sociais da região de inserção do empreendimento e das populações e comunidades atingidas pela UHE Belo Monte. Como se pode observar, além da Norte Energia e do Ibama, são 25 (vinte e cinco) instituições que compõem o Colegiado e mais de 140 que compõem os demais Comitês e Comissões do FASBM.

Quadro 2 - 11 – Composição do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Defensoria Pública Estadual
2	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA
3	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará- SEMA
4	Poder Executivo de Altamira
5	Poder Executivo de Vitória do Xingu
6	Poder Executivo de Anapu
7	Poder Executivo de Senador José Porfírio
8	Poder Executivo de Brasil Novo
9	Poder Legislativo de Altamira - Câmara de Vereadores
10	Poder Legislativo de Vitoria do Xingu - Câmara de Vereadores
11	Poder Legislativo de Anapu - Câmara de Vereadores
12	Poder Legislativo de Senador José Porfírio - Câmara de Vereadores
13	Poder Legislativo de Brasil Novo - Câmara de Vereadores
14	Consórcio Belo Monte de Municípios - CBM
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira - STR
16	Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Social da Transamazônica e Xingu - Fort Xingu
17	Sindicato dos Pescadores de Altamira/ Colônia de Pescadores Z-57
18	Casa de Governo/ Altamira
19	FUNAI - Escritório Regional
20	UFPA - Campus Universitário de Altamira
21	Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira - AIMAT
22	Conselho dos Bairros e entidades de Moradores de Altamira

ORDEM	INSTITUIÇÃO
23	Associação do Comercio, Indústrias e Agropecuária de Altamira - ACIAPA
24	Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP
25	Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública - 10ª Centro Regional de Saúde
26	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira - SIRALTA

Quadro 2 - 12 – Composição da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Socioeconômicos e Culturais

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Fundação Tocaia - Altamira
2	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira - MMTA-Campo Cidade - Altamira
3	Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/SEMUTS – Altamira
4	Instituto Federal do Pará - IFPA/SDDH – Altamira
5	Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP – Altamira
6	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR – Vitória do Xingu
7	SINDIART'S Pará - Sindicato dos Artesãos Profissionais Autônomos do estado do Pará - Altamira
8	Secretária de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT - Senador José Porfírio
9	SECULT – Secretária de Cultura, Desporto e Lazer - Anapu
10	Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI-PA - Altamira
11	Associação dos Ribeirinhos do PDS Tatá – AARPI – Altamira
12	Cooperativa de produtos Orgânicos do Xingu – COOPOXIN - Brasil Novo
13	Secretaria de Educação - SEMED - Altamira
14	Grupo Folclórico Revelação – Vitória do Xingu
15	Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira - SIRALTA
16	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo - SEMAT - Anapu
17	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo

ORDEM	INSTITUIÇÃO
18	Associação Hortifruti Granjeiros de Brasil Novo
19	SEMUTS – Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social de Altamira
20	SINTICMA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira da Construção Civil
21	Central Regional de Aquicultura e Pesca – CAPESC – Uruará
22	Rede Educação Cidadã - RECID/PA - Belém
23	Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente – Vitória do Xingu
24	Conselho Tutelar de Vitória do Xingu

Quadro 2 - 13 – Composição da Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida - CAPA

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA
2	Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI
3	Conselho de Desenvolvimento Territorial da Transamazônica - CODETER
4	Instituto Tecnológico Sustentável da Amazônia - ITESAN
5	Universidade Federal do Pará - UFPA
6	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC
7	Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Vitória do Xingu – STTR
8	Centro Regional de Apoio à Aquicultura e Pesca - CAPESC
9	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Paksamba – APRUPAVIX
10	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altamira - STTR
11	Câmara Municipal de Vereadores de Vitória do Xingu
12	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Mineração de Brasil Novo
13	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Brasil Novo - STTR

ORDEM	INSTITUIÇÃO
14	Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória do Xingu
15	Secretaria de Agricultura de Altamira - SEMAGRI
16	Associação Estrela que Brilha

Quadro 2 - 14 – Composição da Comissão dos Planos, Programas e Projetos Físicos e Bióticos (CMFB)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA
2	Instituto Federal do Pará – Altamira - IFPA
3	Secretaria de Agricultura - SEMAGRI - Altamira -
4	Secretaria de Agricultura, Mineração e Meio Ambiente SEMAGRI - Brasil Novo
5	Universidade Estadual do Pará UEPA - Altamira
6	Empresa Brasileira de Pesquisa e Extensão – EMBRAPA - Altamira
7	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT - Altamira
8	Secretaria de Meio Ambiente SEMAT - Vitória do Xingu
9	Secretaria de Meio Ambiente – SEMAT - Anapu
10	Secretaria de Meio Ambiente SEMAT - Senador José Porfírio
11	Associação dos Produtores e Pescadores das Ilhas do Alto e Baixo Xingu - AMPIBAX – Vitória do Xingu
12	Colônia de Pescadores Z-12 de Vitória do Xingu
13	Sindicato dos Artesãos Profissionais Autônomos - SINDIART`S - Estado do Pará
14	Casa Familiar Rural de Brasil Novo
15	Associação das Indústrias Madeireiras de Altamira - AIMAT
16	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira da Construção Civil - SINTICMA

Quadro 2 - 15 – Composição da Comissão do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu - CGVGX

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Associação dos Produtores Rurais das Glebas, Ituna, Bacajá e Bacajaí - APRIBAI
2	Associação dos Produtores Rurais da Ilha da Fazenda e Ressaca
3	Associação de Carpinteiros Navais e Barqueiros de Altamira
4	Colônia dos Pescadores de Senador José Porfírio - Z 70.
5	Colônia dos Pescadores de Altamira - Z 57.
6	Cooperativa dos Pescadores de Altamira
7	Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Itatá, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda - COOMGRIF
8	Cooperativa Mista dos Garimpeiros da Ressaca, Itatá, Galo, Ouro Verde e Ilha da Fazenda - COOMGRIF
9	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira
10	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senador José Porfírio
11	Associação dos Agricultores da Volta Grande do rio Xingu
12	Associação dos Agricultores da Volta Grande do rio Xingu
13	Associação dos Agricultores da Volta Grande do rio Xingu
14	Associação Surubim dos Produtores rurais da vicinal Novo Progresso - ASPRAN
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu
16	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Altamira e Região - APRAAR
17	Associação de Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira
18	Secretaria Municipal de Saúde de Anapu
19	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Vitória do Xingu
20	Associação dos Produtores Rurais Assentados nos Projetos de assentamentos no Município de Senador José Porfírio - APRAPAN
21	Corpo de Bombeiros Militar do Pará
22	Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC

ORDEM	INSTITUIÇÃO
23	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA
24	Cooperativa de Barqueiros e Voadeiras do Xingu - APIVOAL/COOPIBAVOX -

Quadro 2 - 16 – Composição da Comissão da Pesca e Aquicultura (CPA)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Ministério da Pesca e Aquicultura
2	Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
3	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG
4	Secretaria do Estado da Pesca e Aquicultura Regional Xingu – SEPAQ
5	Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira – ACEPOAT
6	Sindicato dos Pescadores de Altamira/Colônia de Pescadores DE Altamira Z-57
7	Colônia de Pescadores de Vitória do Xingu Z-12
8	Cooperativa dos Pescadores de Altamira
9	Colônia de Pescadores de Porto de Moz Z-64
10	Defensora Pública do Estado
11	Coordenadora da Casa de Governo em Altamira
12	Representantes do Grupo de Pescadores
13	Representantes do Grupo de Pescadores
14	Representante da Comissão dos índios Pescadores e Ribeirinhos do Médio Xingu
15	FUNAI - Regional Xingu

Quadro 2 - 17 – Composição do Comitê do Sistema de Transposição de Embarcações – STE (CASTE)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Norte Energia
2	Defesa Civil
3	Associação dos Produtores da Gleba Ituna, Bacajá e Bacajai - APRIBAI
4	Colônia dos Pescadores de Altamira Z-57
5	Associação dos Criadores e Exportadores de Peixes Ornamentais de Altamira - ACEPOAT
6	Associação dos Produtores Rurais Assentados nos Projetos de Assentamentos no Município de Senador José Porfírio - APRAPAN

Quadro 2 - 18 – Composição do Comitê de Acompanhamento do Projeto de Reassentamento Urbano – (CPRUC)

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Associação de Bairros Jardim Independente I- AMBAJI - I
2	Associação de Bairros Jardim Independente II- AMBAJI - II
3	Conselho Municipal da Associação de Bairros de Altamira - COMABA
4	Casa de Governo/Altamira
5	Consórcio Belo Monte de Municípios - CBM
6	Comissão Municipal de Defesa Civil
7	Direitos Humanos - Centro de Referência de Direitos Humanos - Ouvidoria Regional dos DH da Presidência da República
8	Entidades Regionais / Locais de Ensino e Pesquisa-UFPA
9	FUNAI - Regional Xingu
10	Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira - Campo e Cidade - MMTACC
11	Poder Legislativo de Altamira - Câmara de Vereadores de Altamira
12	Associação dos Moradores do Bairro Alberto Soares
13	SEMUTS - Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social

ORDEM	INSTITUIÇÃO
14	Secretaria Municipal de Planejamento de Altamira - SEPLAN
15	Sociedade Civil Organizada/Conselho dos Bairros e Entidades de Moradores de Altamira - CONBEMAT
16	Corpo de Bombeiros Militar de Altamira
17	Conselho Municipal de Habitação
18	Conselho de Assistência Social

Quadro 2 - 19 – Composição da Comissão Técnica do Cacau - Convidados para a Reunião de Criação da Comissão

ORDEM	INSTITUIÇÃO
1	Secretaria Municipal de Agricultura de Altamira - SEMAGRI
2	Secretaria Municipal de Agricultura de Brasil Novo
3	Secretaria Municipal de Agricultura de Vitória do Xingu
4	Secretaria Municipal de Agricultura de Anapu
5	Secretaria Municipal de Agricultura de Senador José Porfírio
6	Secretaria Municipal de Agricultura de Medicilândia
7	Secretaria Municipal de Agricultura de Pacajá
8	Secretaria Municipal de Agricultura de Uruará
9	UFPA, através da Faculdade de Agronomia
10	CEPLAC - Escritório Regional e locais
11	EMATER - Escritório Regional
12	EMBRAPA
13	IDEFLOR
14	IPAM
15	SEBRAE

ORDEM	INSTITUIÇÃO
16	SENAR
17	Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP
18	Sindicato de Produtores Rurais - Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira - SIRALTA
19	Central de Cooperativas de Produção Orgânica da Transamazônica e Xingu - CEPOTX
20	COOPATRANS
	Cacauway - Fábrica de Chocolate
21	Barry Callibaut
22	T&T
23	Bonfim
24	ARCAFAR/PA - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Pará
25	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA

Assim, novamente é possível demonstrar o compromisso com as partes interessadas estabelecido pelo Colegiado do FASBM e suas respectivas Comissões específicas e Comitês temáticos, que continuam a configurar instrumento de grande significância no diálogo das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte com a sociedade civil e lideranças, de modo participativo e transparente.

2.2.5. GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A sistemática que permite à Norte Energia garantir a Gestão da Informação está estabelecida principalmente nos procedimentos Padrão de Sistema (PS) “*Gestão da Informação*”, “*Plano de Documentos e Registros*”, PS “*Envio do Banco de Dados Brutos via SGP e Consulta ao Geoexplor*”, e no “*Manual de Gestão Ambiental*”.

O SGP continua a cumprir seu papel de Plataforma *online* de sistematização das informações e controle de fluxo de dados, subsidiando a comunicação gerencial entre os *players*.

Dentre os destaques, no âmbito do SGP, está a continuidade da operacionalização do fluxo de não conformidades (NC’s), do sistema de alerta específico para NC’s e o recebimento dos seus registros afetos ao PAC, para incorporação no Sistema de Informações Georreferenciadas Ambientais (SIG-A), via SGP.

O SIG-A é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte. Maiores detalhes constam do item “Operacionalização do Sistema de Informações Georreferenciadas Ambientais (SIG-A)” deste relatório.

2.2.6. DOCUMENTAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS

Os procedimentos que norteiam essa questão são, principalmente, o “Manual de Gestão de Documentos” e o PS “Elaboração e Edição de Documentos do Projeto Básico Ambiental”. E, considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos ocorrem de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Assim, os documentos e registros são divulgados internamente no SGP, sempre em sua última versão válida.

No período coberto por este relatório, destaca-se a elaboração, revisão e/ou aprovação dos seguintes documentos:

- **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aplicado às Obras do Entorno (PGRS-OE) R00** – visa orientar as empresas de menor porte envolvidas na execução das obras do entorno da UHE Belo Monte para uma gestão adequada dos resíduos de construção civil (RCC) gerados pelas mesmas na execução dos serviços contratados e para o cumprimento da legislação vigente e dos requisitos normativos e contratuais aplicáveis (**Anexo 04**).
- **Padrão de Sistema de Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte R04** – que sofreu revisão no período em termos de conceitos, definições, procedimentos de trabalho, anexos relacionados à Planilha de Gestão e ao Quadro de Ponderação (Indicadores). **Status:** revisado (**Anexo 05**);
- **Planilhas de Normas e Leis (dez/2015)** – contém o arcabouço legal aplicável a cada um dos Planos, Programas e Projetos do PBA e pressupõe a identificação de revogações, medidas provisórias transformadas em lei, novas leis criadas etc., atualizadas até setembro de 2015, inclusive. **Status:** revisado;
- **Manual de Requisitos Jurídico-Ambiental R07** – em função da atualização da Planilha de Normas e Leis, foi também revisitado este Manual para refletir as atualizações feitas à referida Planilha. **Status:** revisado.

2.2.7. VERIFICAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DO SGA

Diante da magnitude da UHE Belo Monte, a organização estabeleceu, implementa e mantém diferentes ferramentas de monitoramento do desempenho, dos controles operacionais pertinentes, da conformidade com os objetivos e metas da organização, de monitoramento e controle da execução de escopo e cumprimento dos prazos, de auditoria interna e análise crítica, para retroalimentação do sistema, os quais são descritos a seguir.

2.2.8. GERENCIAMENTO E CONTROLE DO PBA

Além dos relatórios de gerenciamento mensal elaborados pela Gestora, Coordenadoras e Executoras – respectivamente RGM-G, RGM-C e RGM-E -, e que permanecem em curso no âmbito da Diretoria Socioambiental (DS), outras estratégias e ferramentas de gerenciamento e controle continuaram a ser implementadas pela Gestora no período abarcado por este relatório para avaliar o avanço dos projetos e propiciar uma visão sistêmica / integrada da implantação dos programas, conforme abordado na sequência.

– **Identificação e Gerenciamento dos Pacotes de Trabalho em Nível de Gestão de Acurácia (Metodologia de Riscos)**

O painel de controle dos pacotes de trabalho alvo de um nível diferenciado de gestão no bojo da metodologia de Gestão de Riscos continua a ser semanalmente atualizado, por parte da Gestora, para viabilizar o acesso dos níveis da alta direção da Norte Energia ao andamento de um conjunto de marcos de controle e indicadores estratégicos desenvolvidos para os pacotes de trabalho categorizados no nível de gestão de acurácia.

O monitoramento e controle dos marcos de controles estratégicos continua a ser feito a partir de informações obtidas por ocasião das reuniões dos diferentes GTs e demais reuniões periódicas, por meio de planilhas de coletas de informações dirigidas e, quando necessário, complementadas por consultas individualizadas junto às Superintendências e Gerências da DS ou às empresas Coordenadoras.

O resultado desse acompanhamento expresso em resultados estatísticos, quando apresenta desvios da linha de base do Pacote de Trabalho, promove a elaboração de Planos de Ação para superar/compensar eventuais atrasos e cobrir lacunas de informações. Esses resultados são apresentados à DS e, periodicamente, a Gestora e o Grupo de Análise Estratégica (GAE) realizam reuniões para apresentação e discussão desses resultados, na forma de Sumário Executivo, às Diretorias, à Presidência, ao Comitê de Meio Ambiente (CMA) e, quando requisitado, ao Conselho de Administração (CA).

- **Monitoramento e Aprimoramento do Intercâmbio entre os Pacotes de Trabalho e Rastreamento e Obtenção dos Dados e Informações para subsidiar o Gerenciamento do PBA**

No período de abrangência deste relatório, deu-se continuidade à realização de reuniões periódicas das diferentes instâncias e a constituir e operacionalizar GTs com participantes, matrizes de responsabilidade e cronograma de reuniões pré-estabelecidos.

Conforme já informado anteriormente, os grupos de trabalho são instrumentos criados para a identificação das interfaces entre os diferentes programas dos diferentes meios e pacotes de trabalho e que permitem, aos envolvidos, concretizar um planejamento conjunto, otimizar ações, identificar riscos potenciais e criar planos para a efetivação de ações.

Diante da magnitude e da dinâmica de implantação do empreendimento, o processo de análise crítica é realizado por meio de diferentes ferramentas, as quais, de forma integrada, permanente e nas diferentes instâncias, acompanham os resultados e o desempenho do empreendimento. Foram instituídos e estão em curso os seguintes fóruns, GTs e reuniões:

- Reunião de Planejamento da DS – reunião quinzenal de alinhamento;
- Reunião do Plano Ambiental de Construção (PAC);
- Reunião de Saúde e Segurança do Trabalho – obra principal e do entorno;
- GT de Recursos Hídricos (RH) - discutir questões relacionadas a todos os Programas e Projetos afetos ao Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos integrantes do PBA, incluindo suas interfaces com o Programa de Controle Ambiental Intrínseco do PAC;
- Reunião do Programa de Desmobilização de Mão de obra (PDMO) – reuniões de alinhamento e acompanhamento do Programa;
- Reunião do Plano de Enchimento dos Reservatórios - reuniões periódicas com a presença dos responsáveis pelos diferentes Planos Temáticos e Coordenação do PERBM
- Reunião de Gerenciamento de Projeto do Componente Indígena (RGP) – reuniões semanais de análise crítica do andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA do Componente Indígena;
- Reunião (mensal) com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – iniciada em 30/03/2015, busca o acompanhamento e alinhamento contínuos entre representantes da FUNAI, Norte Energia e Executoras do PBA-CI.

– Sistema de Alerta

Veiculado internamente e implantado dentro do SGP, permite a continuidade do acompanhamento e atendimento às demandas e obrigações do empreendedor por meio de alertas automáticos (demandas e compromissos estabelecidos por meio de ofícios/correspondências, licenças, condicionantes, autorizações, etc.).

Além disso, deu-se continuidade à emissão semanal de Boletins para veiculação, junto à DS, do acompanhamento contínuo das trocas de correspondências, principalmente entre o IBAMA e a Norte Energia, bem como entre a Funai e a Norte Energia, visando monitorar o atendimento, pelo empreendedor, às demandas e manifestações desses órgãos (independentemente da existência ou não de prazos atrelados às referidas correspondências) por meio dos posicionamentos do empreendedor, bem como evidenciar sua percepção (riscos) acerca da conformidade de tal atendimento.

Finalmente, vale destacar a operacionalização plena do Sistema de Alerta semanal específico para as não conformidades, descrito no item “Gestão da Conformidade”, a seguir.

– Gestão da Conformidade

- Não Conformidade, Ação Corretiva e Ação preventiva

Continua em vigor a versão 07 do Padrão de Sistema “*Tratamento de Não Conformidades, Ações Preventivas e Corretivas*”, que estabelece a sistemática para tratar as não conformidades reais e potenciais e executar ações corretivas e preventivas. Com ele é possível, em linhas gerais:

- Identificar desvios e inserir no SGP, independente de sua tipologia que pode ser:
 - Registro de ocorrência;
 - Registro de não conformidade;
- Executar ações de tratamento e solução, pois o Plano de Ação prevê:
 - Ações de correção imediata – para eliminar, de pronto, os efeitos de um desvio;
 - Ações corretivas / preventivas – após determinar sua causa, essas ações evitam sua recorrência/ocorrência;
- Analisar a eficácia das ações promovidas
 - Baseado nas evidências de realização das ações e de seus resultados, derivados de seu acompanhamento;

- Gerar e controlar registros
 - Dossiê - todo o fluxo de tratamento está disponível no SGP para atuação, acompanhamento e consulta vinculado ao pacote de trabalho ao qual se relaciona e contém as evidências de todo o processo, tais como relatórios, imagens, registros formando um “dossiê” daquele desvio, até o seu encerramento, o que inclui, ainda, o enquadramento legal e contratual de cada um dos registros de não conformidades identificadas.

Visando à melhoria contínua do processo de tratamento dos desvios, foi criado e encontra-se em pleno funcionamento, desde o final de 2014, um Sistema de Alerta, cujo objetivo é informar, semanalmente, sobre o *status* de atendimento dos desvios, contribuindo para maior agilidade no tempo de resposta, bem como no retorno à situação de normalidade.

Isso significa que todas as NCs, sejam elas das montadoras, obra civil, subestação ou linha de transmissão, continuam rodando no âmbito do SGP conforme previsto e são de conhecimento e acesso imediato dos envolvidos, tanto para consulta e acompanhamento, como para providências até o encerramento de cada desvio.

Além disso, a continuidade do acompanhamento em campo permite uma atuação preventiva que reduz desvios e evita práticas degradadoras e, ainda, que a realização de reuniões de alinhamento contínuas, ao estabelecer prazos de atendimento coerentes, reflete no atendimento aos prazos estabelecidos nos planos de ação e com a qualidade desejada.

Os controles do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD0, no período coberto por este relatório, indicam que:

- O fluxo de tratamento no âmbito do SGP trouxe “fluidez e agilidade” ao processo de gestão da conformidade e o conhecimento das equipes sobre os mecanismos em curso e as rotinas em vigor;
- Com as estruturas de controles ambientais consolidadas e operando adequadamente (Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs, Estações de Tratamento de Água - ETAs, Centrais de Resíduos e Aterros Sanitários), houve um decréscimo na quantidade de desvios registrados, os quais continuam a ser inseridos no SIG-A;
- A maioria dos desvios encontrados no âmbito do PCAI começou o semestre relacionada à categoria “efluente” e, ao final do semestre, sua predominância era na categoria de “organização e limpeza”, seguido, mas com baixos percentuais, de “resíduos”, “processo construtivo” e “drenagem”;

- No caso do PRAD, a maioria dos desvios encontrados diz respeito à categoria “recuperação de processos construtivos”, seguido, mas em baixos percentuais, pela categoria de “planejamento/execução”;
- Tanto para o PCAI como para o PRAD, cerca de 90% dos desvios foram encerrados, enquanto o restante (10%) encontra-se em processo de tratamento, embora dentro dos prazos estipulados no plano de ação; e
- A atuação das equipes de fiscalização volta-se, com mais ênfase, para o processo de desmobilização de equipamentos e estruturas e a recuperação das áreas degradadas para prevenir e mitigar os possíveis impactos decorrentes desta fase do empreendimento.

Finalmente, pode-se observar que a estratégia contínua de campanhas preventivas de campo, do reporte semanal pelo Sistema de Alerta e das reuniões de alinhamento, resultou na redução do número de desvios e culminou, no final do segundo semestre de 2015, na ausência de NCs atrasadas ou sem atendimento, o que possibilitou a melhoria do desempenho do empreendimento.

– Acompanhamento do *Status* de Atendimento às Condicionantes

O acompanhamento do *status* de atendimento às condicionantes do processo de licenciamento da UHE Belo Monte é contínuo, tanto em relação ao PBA como o Componente Indígena, sendo que, com periodicidade mensal, é emitido boletim executivo à Presidência e às Diretorias da Norte Energia com o andamento das mesmas, bem como eventuais riscos que possam implicar em prejuízo de seu cumprimento em termos de escopo e prazo.

– Operacionalização do Sistema de Informação Georreferenciada (SIG-A)

O SIG-A é um conjunto de sistemas computacionais responsáveis pelo envio, recebimento, aprovação, publicação e visualização dos dados brutos coletados em campo a partir das campanhas dos diferentes Planos, Programas e Projetos que compõem o PBA da UHE Belo Monte.

Tal estrutura tem o objetivo de permitir uma interface de troca de informações entre os técnicos da empreendedora e as empresas executoras dos diferentes pacotes de trabalho do PBA, na medida em que são gerados novos dados de campo, obtidos durante as campanhas de monitoramento ambiental. Para este acompanhamento, necessita-se de um trabalho continuado de estruturação e atualização do SIG-A.

O aprimoramento e uso do SIG-A visa, sobretudo, atender às condicionantes elencadas no processo de licenciamento da construção da UHE Belo Monte, bem como às demandas elencadas nos pareceres e ofícios emitidos pelo órgão regulador, no âmbito do referido processo, além de ter se revelado especialmente benéfico para subsidiar o desenvolvimento do Programa de Desmatamento.

O SIG-A é composto basicamente por um conjunto de três sistemas computacionais:

- Sistema de Gerenciamento de Projetos (SGP) – responsável pelo envio, recebimento e acompanhamento do *status* de geração dos relatórios e planilhas de dados brutos;
- *GeoExplo* – sistema gerenciador do banco de dados com a função de armazenamento, gerenciamento e consulta dos dados gerados nas campanhas dos monitoramentos do PBA; e
- Servidor de Camadas (*GeoServer*) – responsável pela publicação e visualização de dados georreferenciados dispostos em diferentes formatos cartográficos (*raster* e *vetorial*).

Diante da complexidade da estrutura do SIG-A, é necessária uma estratégia de integração entre tais ferramentas, a fim de garantir melhor utilização das mesmas, além de aperfeiçoar seus processos. Nos tópicos subseqüentes, são apresentadas as atividades relacionadas ao SIG-A durante o período de julho a dezembro de 2015.

As atividades desenvolvidas no âmbito do SIG-A no semestre em avaliação estiveram associadas à (i) reparação e testes do *GeoExplo* (Sistema de Banco de Dados); (ii) auxílio à estruturação e operacionalização do Banco de Dados em desenvolvimento para o PBA-CI (SIG-I); (iii) auxílio às Superintendências dos Meios Físico e Biótico quanto à disponibilização e processamento de dados cartográficos gerados no âmbito do PBA; e (iv) a importação de dados de monitoramento ambiental no Banco de Dados da Norte Energia.

Com os avanços na configuração do *software* *Geoexplo*, a importação de dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte (afetos ao 8°RC) foi otimizada, aumentando a agilidade dessa ferramenta.

Destaca-se a apresentação do SIG-A à equipe do Componente Indígena além de orientação acerca da ferramenta que será adotada também no PBA-CI e denominada, neste caso, de SIG-I.

A equipe encarregada da operacionalização do SIG-A também subsidiou a Superintendência dos Meios Físico e Biótico (SFB) nas atividades afetas à supressão vegetal da UHE Belo Monte, conforme antes mencionado, a partir de disponibilização e processamento de dados para mapeamento detalhado de toda a área de supressão vegetal dos Reservatórios Xingu, dentre outras demandas aleatórias similares.

O Banco de Dados relacionado aos procedimentos contemplados no Parecer Técnico 52/2011, emitido pelo Ibama, abrange um acervo total de 137 arquivos, provenientes de 51 (cinquenta e um) Pacotes de Trabalho (PTs).

Face às descritas atividades desenvolvidas no presente semestre para o SIG-A, considera-se em atendimento os objetivos estabelecidos para operacionalização da

ferramenta em tela, composta por diferentes sistemas computacionais, voltados para a formação do Banco de Dados do PBA da UHE Belo Monte.

Vale indicar alguns ajustes no *software* GeoExplo para operacionalização de algumas funções disponibilizadas pelo sistema, mas sem prejudicar a importação de dados de monitoramento ambiental. Com os referidos ajustes, espera-se que no próximo semestre a importação de dados ambientais possa ocorrer de modo ainda mais otimizado, ou seja, em menor tempo, beneficiando os usuários do sistema.

2.2.9. AUDITORIA INTERNA E ANÁLISE CRÍTICA

– Auditoria Interna

A Norte Energia, assumindo como premissa básica o atendimento aos requisitos do processo de licenciamento, incluindo aqueles afetos aos agentes financiadores, realiza auditoria ambiental interna de forma sistêmica, integrada e contínua.

Os resultados da auditoria retroalimentam o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e contribuem para a supervisão da implementação do PBA, das condicionantes e demais requisitos, incluindo importante contribuição para a tomada de decisão por parte do empreendedor e que se concretize no efetivo cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas do PBA.

Em linhas gerais, a auditoria ambiental interna da NE abrange:

1. Auditoria do andamento dos Planos, Programas e Projetos do PBA;
2. Auditoria do decurso do processo de licenciamento em si, considerando os aspectos legais e estratégicos dos órgãos intervenientes e dos agentes financiadores; e
3. Acompanhamento do atendimento aos planos de ação / medidas corretivas propostas na auditoria e nos Relatórios de Não Conformidade (RNCs).

Dentre os mecanismos, destacam-se:

- (i) Análise crítica dos Relatórios Gerenciais Mensais emitidos pelas Executoras (RGM-Es), Coordenadoras (RGM-Cs) e Gestora (RGM-G);
- (ii) Análise da evolução do atendimento dos compromissos registrados no Sistema de Alerta (rígido controle do atendimento a demandas – ofícios, condicionantes, licenças, requisitos aplicáveis) e no Sistema de Gerenciamento de Documentos (GED1, SGP);
- (iii) Análise de Notas Técnicas, Ofícios e Pareceres; e
- (iv) Análise dos Relatórios Consolidados de Andamento do PBA e Atendimento de Condicionantes, emitidos semestralmente junto ao IBAMA.

Como resultado da análise supra, conduzida pelo Núcleo de Análise Crítica (NAC) da empresa Gestora, procede-se à revisão e à reavaliação sistemáticas aplicadas ao escopo, metas e cronogramas, avaliando, ainda, necessidades de correção / ajustes de objetivos, metas, impactos e consequentes ações de gestão.

Identifica-se, ainda, pontos que devem ser merecedores de esclarecimentos junto às empresas Executoras, Coordenadoras ou às próprias equipes da Norte Energia envolvidas diretamente com a supervisão de ações ambientais. Esses esclarecimentos são buscados nas reuniões periódicas de acompanhamento do andamento do PBA, reuniões dos GTs de interfaces e reuniões de acompanhamento, além da realização de inspeções periódicas e esporádicas de campo.

Com base nas informações assim coletadas, procede-se, na sequência, à aplicação da Metodologia da Gestão com Acurácia, que resulta na:

- Avaliação do avanço dos marcos estratégicos de controle dos pacotes de trabalho críticos;
- Análises de tendências com avaliações de cenários para diferentes graus de alavancagem das produtividades reveladas para os marcos de controles estratégicos dos pacotes de trabalho críticos *vis a vis* as metas temporais para eles determinadas;
- Análises de risco para cumprimento dos marcos estratégicos; e
- Diretrizes e Planos de Ação para evitar ou minimizar os riscos identificados no âmbito das diferentes instâncias de decisão e, a depender do nível de gravidade associado ao risco, junto à alta direção da organização.

– **Análise Crítica**

A análise crítica representa a última etapa da espiral de melhoria contínua do desempenho de qualquer sistema de gestão e seus resultados subsidiam as decisões e a retroalimentação do sistema, visando ao alcance das diretrizes estabelecidas e o seu contínuo aprimoramento.

Diante da magnitude e da dinâmica de implantação do empreendimento, o processo de análise crítica é realizado de forma integrada, permanente e nas diferentes instâncias, acompanhando os resultados e o desempenho do empreendimento.

Nesse contexto, o acompanhamento e a discussão da evolução dos marcos de controle dos referidos pacotes deve ser feito continuamente pela empresa Gestora e informado em Boletins veiculados e discutidos nas reuniões quinzenais de Diretoria Socioambiental, suas Superintendências e Gerências (a partir de apresentação dos boletins semanais realizada pelo Gestor de Campo da empresa Gestora), nas reuniões mensais do CMA (a partir de apresentação de uma síntese mensal dos boletins semanais levada a termo pelo Gestor Geral do PBA pela empresa Gestora) e

nas reuniões do CA (estas com base em apresentação de síntese executiva dos Boletins realizada pelo Diretor Socioambiental da Norte Energia).

2.2.10. PLANO DE ENCHIMENTO DOS RESERVATÓRIOS DA UHE BELO MONTE (PERBM)

O objetivo do PERBM é promover a uniformidade das informações de engenharia e socioambientais entre as diferentes equipes envolvidas no processo de formação dos reservatórios Xingu e Intermediário, além de se constituir em subsídio relevante para o IBAMA e outros órgãos intervenientes. O PERBM observa em sua estrutura organizacional 17 (dezesete) planos temáticos, face à complexidade, magnitude, área de abrangência, alcance e peculiaridades das ações a serem desenvolvidas.

Este Plano estabelece as ações coordenadas e integradas entre as diferentes equipes envolvidas nas operações de engenharia associadas ao desvio e formação dos reservatórios e as áreas de Gestão Socioambiental da Norte Energia, identificando potenciais efeitos às populações e ao ambiente do entorno dos reservatórios e do Trecho de Vazão Reduzida (TVR), à fauna, à flora e a qualidade das águas. Para tal, o Plano estabelece um conjunto detalhado de obrigações e responsabilidades, incluindo a implementação de um fluxo de comunicação ágil de interação entre as diversas áreas envolvidas e com os distintos públicos de interesse na implementação do PERBM.

2.2.10.1. Gerenciamento e controle da implementação do PERBM

Foi estruturado e apresentado ao Ibama o Plano de Gerenciamento do Enchimento dos Reservatórios (PGER), constante do PERBM, para gerenciamento e controle da implementação dos 16 (dezesesseis) pacotes de trabalho que, junto com o PGER, o compõem, em termos do cumprimento do escopo de todos os trabalhos necessários para atingir os seus objetivos.

Além disso, o Plano de Gestão atua no desenvolvimento do PERBM, nas atividades de suporte às equipes de campo envolvidas nas atividades diárias do enchimento e no gerenciamento de todas as informações/demandas geradas durante o período.

Com o objetivo de acompanhar a execução das atividades referentes ao PERBM, duas “Salas de Situação” foram criadas em 23/06/2015: uma no escritório da Norte Energia no bairro Jatobá, em Altamira, e outra no sítio Belo Monte (Vitória do Xingu). Entre as principais atribuições das Salas de Situação estão a centralização e a difusão dos resultados obtidos pelos Planos Temáticos.

Nesta atividade destaca-se a emissão e envio diário das Fichas de Registro de Campo (ferramenta utilizada pelas equipes executoras para coleta de informações em campo) e Boletim de Registro Diário (ferramenta apoiada nas informações disponibilizadas na Ficha de Registro de Campo, a qual apresenta diariamente um panorama geral do andamento das atividades de enchimento dos reservatórios), sendo produzidas e

reportadas diariamente pela equipe de coordenação do PERBM, diretamente das “Salas de Situação”, localizadas no Sítio Belo Monte e no RUC Jatobá, com informações que abrangem todos os diferentes Planos Temáticos que compõem o PERBM. Desde 12 de julho de 2015 até dezembro, inclusive, foram elaborados 144 reportes.

Outra importante contribuição das “Salas de Situação” se deu por meio da participação em reuniões para apresentação sobre o enchimento dos reservatórios junto a grupos de formadores de opinião dos municípios (interface com o Plano de Comunicação do Enchimento dos Reservatórios). No período compreendido por este relatório, foram realizadas várias reuniões, conduzidas por profissionais ligados à Coordenação do PERBM e alocados nas Salas de Situação, envolvendo grupos formadores de opinião, incluindo os prefeitos e secretários municipais participantes do Consórcio Belo Monte de Municípios.

Cabe ainda destacar que a Coordenação do PERBM conta com um helicóptero e um avião para inspeções aéreas, atendendo a todos os planos temáticos e demais áreas do empreendimento, inclusive em apoio logístico às fiscalizações das equipes do Ibama.

De acordo com o Ofício OF 02001.013024/2015-39 de 25/11/2015 sobre o PERBM, o IBAMA considerou o Plano de Enchimento adequado, desde que atendidas as recomendações elencadas ao longo do Parecer, nos termos da condicionante 2.5 da Licença de Operação (LO) nº 1317/2015. No parecer PAR. 02001.004317/2015-25 COHID IBAMA, o órgão ambiental especificou, no tocante ao Plano de Comunicação Institucional e Interação Social:

“O gerenciamento das comunicações prevê um fluxo de coleta de informações sobre o andamento do PERBM e a elaboração de Relatório Consolidado Mensal pela empresa gestora – Ferreira Rocha – que descreverá as informações identificadas por meio das reuniões e das coletas dirigidas. Esses relatórios serão direcionados ao GT do PERBM, objetivando a apresentação e nivelamento geral sobre o andamento de cada projeto”.

Assim, a CE 477/2015-DS enviou ao IBAMA, em 29/12/2015, o 1º Relatório Consolidado Mensal (RCM) do PERBM, inaugurando uma série de relatórios mensais em observância à referida demanda. Detalhes dos demais planos temáticos constam da CE 477/2015-DS.

2.3. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO

A planilha de atendimento aos objetivos do pacote de trabalho é apresentada na sequência.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>Configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas.</p>	<p>A observância plena dos princípios da Política de Meio Ambiente e da Missão do empreendedor da UHE Belo Monte e a busca contínua do atendimento aos objetivos, metas e diretrizes estratégicas por elas estabelecidas;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>A Política de Gestão Ambiental, Objetivos, Metas e demais diretrizes da UHE Belo Monte estão estabelecidas nos procedimentos do arcabouço documental do SGA, os quais norteiam as ações previstas nos diferentes pacotes de trabalho do PBA e vêm sendo reportados no âmbito dos relatórios semestrais.</p>
	<p>O atendimento aos requisitos legais aplicáveis, de cunho nacional ou internacional – estes configurados por tratados e acordos pertinentes -, com especial ênfase ao conteúdo detalhado do PBA e ao escopo de condicionantes ambientais apostas pelo órgão ambiental quando da concessão da Licença Prévia (LP);</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>A estratégia adotada de atendimento aos requisitos aplicáveis ao empreendimento abrange diferentes ações, entre elas, resumidamente: levantamento dos requisitos legais aplicáveis no âmbito federal, estadual, municipal, internacional (tratados/acordos) e divulgados pela Planilha de Normas e Leis; atualização do Manual de Requisitos Jurídico Ambiental para dirimir dúvidas do dia-a-dia acerca da aplicabilidade do normativo aplicável; Mecanismo de Gestão da Conformidade, que engloba o tratamento dos desvios e não conformidades identificados, os quais são monitorados semanalmente pelo Sistema de Alerta e cujo fluxo roda no âmbito do SGP, assim como o são os demais requisitos aplicáveis, tais como os compromissos, condicionantes de licenças, autorizações, e autorizações, demandas dos órgãos intervenientes. Detalhes acerca desta estratégia são apresentados no item 2.2. deste relatório.</p>
	<p>A adequação às expectativas dos acionistas, colaboradores, comunidade local e sociedade em geral no sentido de maximizar a minimização dos impactos associados à implantação do empreendimento, mantendo essas partes interessadas continuamente informadas, com a devida transparência, a respeito dos resultados alcançados quanto ao tratamento desses impactos;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>No que tange à comunidade local e à sociedade em geral, a operacionalização do FASBM, desde junho/2011, vem alcançando importância crescente enquanto instrumento de interação e discussão das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte junto à sociedade civil e concretiza-se como um processo participativo, transparente e de diálogo com as comunidades e lideranças. Neste contexto, foram realizados, até dezembro/2015, 18 (dezoito) encontros do Colegiado do Fórum, além de um total de 89 (oitenta e nove) reuniões de suas seis Comissões e dois Comitês até então formados. Detalhes dessas reuniões constam do item 2.2, que também evidencia a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico, onde se pode identificar as entidades que compõem os referidos fóruns. Além da Norte Energia e do Ibama, 25 instituições compõem o Colegiado e mais de 140 compõem os demais Comitês e Comissões do FASBM.</p> <p>No tocante aos acionistas e colaboradores, as ferramentas de gestão adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos, riscos e comunicação, com ênfase, no caso dos acionistas, em fornecer informações atualizadas do andamento dos pacotes de trabalho e gerenciar riscos para a tomada de decisão; no caso dos colaboradores, a ênfase é no controle de prazos e escopo.</p>
	<p>O desenvolvimento sustentável e a utilização dos recursos naturais renováveis na área de implementação da UHE Belo Monte, aqui se subentendendo a contínua atenção aos limites identificados para a capacidade de suporte destes recursos frente às novas demandas configuradas direta ou indiretamente pelo empreendimento;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>Embora se trate de um objetivo de cunho genérico, não sendo possível imputar exclusivamente ao empreendedor essa responsabilidade, considerando as atividades previstas no âmbito dos diferentes planos, programas e projetos, o atendimento aos parâmetros legais aplicáveis são acompanhados pelo mecanismo de Gestão da Conformidade e contribui para a melhoria contínua do desempenho e, conseqüentemente, do uso dos recursos naturais necessários às referidas atividades de implantação do empreendimento.</p>
	<p>A proteção da saúde humana, do patrimônio cultural e da biodiversidade, incluindo-se, no âmbito desta última, espécies tidas como ameaçadas e ecossistemas sensíveis;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>O atendimento a esses objetivos é evidenciado nos resultados de pacotes de trabalho, cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA: <u>saúde humana</u> - no bojo do Plano de Saúde, com o estabelecimento da infraestrutura de saúde (obras), capacitações, ações de prevenção e controle de doenças, incluindo malária, com significativos avanços alcançados; <u>patrimônio cultural</u> - no bojo do Plano 9, com ações voltadas para estudos, preservação, prospecção, salvamento, registro, educação das comunidades, dos colaboradores e terceiros; <u>biodiversidade</u> - em especial, no tocante às espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis, pode-se citar a Implantação dos Módulos Rapeld e o Programa de Compensação Ambiental. O Termo de Compromisso (TC) para cumprimento da Compensação Ambiental, assinado pela NE e a ser celebrado com o Instituto Chico Mendes foi encaminhado para assinatura do ICMBio pela CE 0021/2016-DS em 19/01/2016 juntamente com o cronograma financeiro e os Planos de Trabalho. Referido TC visa ao estabelecimento das condições de aplicação, em âmbito federal, em favor da Estação Ecológica da Terra do Meio, Parque Nacional da Amazônia, Parque Nacional da Serra do Pardo e Parque Nacional do Juruena,</p> <p>Maiores detalhes serão fornecidos por cada pacote de trabalho. Convém ressaltar a criação do Plano de Ação para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - tanto para fauna como flora (no âmbito da Condic.2.20-d LI); e, finalmente, os Planos de Conservação de Ecossistemas Terrestres e de Conservação de Ecossistemas aquáticos, concebidos com foco antes do empreendimento, no diagnóstico e, depois, nas ações que permitam à conservação e à diversidade das espécies.</p>

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>Configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte sob o ponto de vista ambiental, de saúde e segurança, contando para tal com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas.</p>	<p>O respeito ao modo de vida e ao patrimônio imaterial das populações que habitam, em especial, a Área Diretamente Afetada (ADA) e a Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, com ênfase especial para as comunidades tradicionais e indígenas;</p>	<p>Em andamento</p>	<p>não há</p>	<p>O atendimento a esse objetivo é evidenciado, no PBA Geral, nos resultados do Projeto de Reparação Rural (4.1.5) e Projeto de Reparação Urbano (4.4.4) cujas diretrizes são acompanhadas pelo PGA. O objetivo do pacote de trabalho 4.4.4, por exemplo, "é a compensação material para as alterações imateriais, contribuindo para a reconstrução dos modos de vida sob novas bases visando a melhoria das condições de vida da população" e a metodologia adotada é a construção participativa junto aos grupos de interesse por Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), para identificar perdas e discutir as compensações. No que tange às comunidades indígenas, os resultados são demonstrados no PBA do Componente Indígena.</p>
	<p>A avaliação da incidência de impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes da implantação das obras, e posteriormente também da operação do empreendimento, em atributos e variáveis ambientais presentes nas áreas de influência do empreendimento, também com destaque para as ADA e AID;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>Este objetivo está vinculado à meta de "revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação (...)" e, para tanto, foi estabelecida uma sistemática de acompanhamento e atualização dos impactos ambientais, declarados no EIA, de modo a identificar e avaliar novos impactos que venham a surgir no decorrer do Projeto, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou novas ações propostas para fazer frente aos impactos, sua associação com os Planos, Programas e Projetos do PBA, bem como a efetividade das referidas ações. Essa sistemática encontra-se expressa no procedimento denominado "Padrão de Sistema Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais" e maiores detalhes encontram-se no item 2.2 deste relatório.</p>
	<p>A implementação das alternativas de construção que se mostrem com menor potencial de impactos associados, sempre respeitando a sua exequibilidade;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>O acompanhamento do atendimento deste objetivo é possível pelo mecanismo de Gestão da Conformidade que contribui para a melhoria contínua do desempenho do empreendedor na execução das atividades de implantação do empreendimento, inclusive no que tange a processos construtivos. Assim, eventuais desvios ou não conformidades identificados e registrados são acompanhados pelo PGA até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade. Detalhes acerca deste mecanismo são apresentados no item 2.2 deste relatório.</p>
	<p>A prevenção, sempre que possível, e a adequada mitigação de impactos negativos e riscos ao meio ambiente e à população decorrentes da geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas, promovendo, para tal, a adequada gestão desses aspectos ambientais ligados diretamente à implantação da UHE Belo Monte, contando, para tal, com o monitoramento da eficácia dos sistemas de controle ambiental intrínseco projetados e implantados nos diferentes elementos da infraestrutura de construção e nas estruturas que compõem o arranjo geral do aproveitamento hidrelétrico;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>Este objetivo está diretamente vinculado à execução do Programa de Controle Ambiental Intrínseco (PCAI) e, além disso, quaisquer desvios ou não conformidades identificados na execução das referidas atividades são registrados e acompanhados pelo PGA no âmbito do mecanismo de Gestão da Conformidade até o tratamento do desvio e retorno à situação de normalidade, conforme expresso no "Padrão de Sistema de Tratamento de Não Conformidades, Ações Corretivas e Preventivas".</p> <p>Além disso, consta do arcabouço documental do SGA o procedimento "PS Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte", cujo campo de aplicação são as atividades construtivas dos canteiros de obras e demais controles no âmbito do PAC e cuja versão R04 é apresentada no item 2.2 deste relatório.</p>
	<p>A manutenção de condições apropriadas para atuação em situações de emergência que representem risco à vida das pessoas durante a implantação e a operação do empreendimento, tais como incêndios e explosões;</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>Conforme expresso no "Plano de Atendimento às Emergências ambientais nas obras principais e do entorno da UHE Belo Monte", que discorre sobre a sistemática de ações integradas para atender a situações de emergências ambientais visando o controle da situação de forma rápida e eficaz, minimizando os impactos negativos ao meio ambiente, minimizar ou eliminar os riscos ambientais e suas consequências, as obrigações e responsabilidades.</p>

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
	<p>O fortalecimento da imagem pública e da reputação do empreendedor em função de posturas pró-ativas na busca da melhoria contínua da qualidade dos atributos ambientais dos ecossistemas na região de inserção do empreendimento, assim como dos atributos sociais afetos aos colaboradores envolvidos na implementação e aos atingidos pela UHE Belo Monte; e</p>	Em atendimento	não há	<p>A implantação e o aprimoramento das ferramentas de gestão, ao evidenciarem o atendimento aos requisitos, demandas, licenças, condicionantes, autorizações, compromissos e demais requisitos do processo de licenciamento do empreendimento, ao mesmo tempo que mantêm um canal de comunicação transparente junto às partes interessadas, permitem o fortalecimento da imagem pública e da reputação da Norte Energia.</p>
	<p>Satisfação das expectativas e previsões do empreendedor quanto ao prazo e ao custo da implementação do empreendimento.</p>	Em atendimento	não há	<p>As ferramentas de gestão adotadas pelo PGA proporcionam suporte no gerenciamento de prazos, escopo, custos, riscos e comunicação e contribuem para conduzir as ações de maneira ao pleno atendimento à estas expectativas.</p>

2.4. ATENDIMENTO ÀS METAS DO PLANO/PROGRAMA/PROJETO NA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO

A planilha de atendimento às metas do pacote de trabalho é apresentada na sequência.

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
A supervisão da implementação do PBA e das condicionantes das licenças ambientais, em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos, no PBA, para todos os Planos, Programas e Projetos, assim como nas licenças no que tange às condicionantes	Em atendimento	não há	Seu atendimento continua a ser pelo Plano de Gerenciamento do PBA do PGA que homogeneizou o formato do planejamento de todos os Planos, Programas e Projetos do PBA, e tem proporcionado o gerenciamento e controle da implementação do PBA e do atendimento das condicionantes da LI em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos com base nas ferramentas, procedimentos e estratégias adotadas.
Ao acompanhamento das campanhas de campo especificadas nos Programas e Projetos - e porventura complementados por condicionantes - voltados para monitoramentos sistemáticos.	Em atendimento	não há	Esta meta está sendo atendida com a operacionalização do SIG-A, o Banco de Dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte, estruturado e compilado desde o início da implantação do empreendimento e que vem sendo alvo de constante aprimoramento, permitindo a coleta, armazenamento e disponibilização das informações ambientais georreferenciadas afetas aos resultados dos monitoramentos sistemáticos de campo realizados nos Planos, Programas e Projetos.
Ao acompanhamento sistemático dos indicadores que retratam o fluxo de migração de população direta e indiretamente atraída pelas obras, bem como as alterações nas atividades econômicas na região de inserção do empreendimento;	Concluída	não há	Os resultados que atestam o atendimento a essa meta são evidenciados no âmbito do pacote de trabalho 7.4 - Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.
Ao acompanhamento sistemático dos indicadores que retratam as demandas por serviços públicos e por infraestrutura social derivadas do fluxo migratório provocado, em especial nos municípios da AID, assim como as melhorias que serão imputadas nesses serviços sociais em decorrência da implementação do Plano de Articulação Institucional e do Plano de Requalificação Urbana;	Concluída	não há	Os resultados que atestam o atendimento a essa meta são evidenciados no âmbito do pacote de trabalho 7.4 - Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos.
Ao acompanhamento do desempenho de cada Plano, Programa e Projeto do PBA, através dos indicadores especificados em cada um deles, interagindo tecnicamente com os seus responsáveis para a promoção de ajustes, quando necessário;	Em atendimento	não há	O atendimento a essa meta é evidenciado pelo acompanhamento do desempenho de cada pacote de trabalho por meio das análises contínuas da equipe da empresa gestora, a instituição das reuniões periódicas de análise crítica e dos GT's, além do processo de atualização semestral da Planilha de Objetivos, Metas e Indicadores. Este acompanhamento é traduzido, em detalhe, no conteúdo do relatório semestral consolidado de cada Plano, Programa e Projeto, apresentado junto ao IBAMA

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>À revisão técnica dos relatórios (periódicos e consolidados) emitidos no âmbito de cada Plano, Programa e Projeto, também aqui interagindo tecnicamente com os responsáveis técnicos pelos mesmos para a promoção de ajustes e complementações, quando necessário;</p>	Em atendimento	não há	<p>Meta sendo atendida pela análise crítica, pela equipe da empresa gestora, dos relatórios gerenciais mensais elaborados pelas empresas executoras e coordenadoras de todos os pacotes de trabalho, bem como das Notas Técnicas elaboradas pela Norte Energia e Ofícios encaminhados pelo IBAMA, além da consolidação dos relatórios semestrais</p>
<p>Ao controle de prazos para emissões internas e externas ao empreendedor dos relatórios produzidos no contexto de cada Plano, Programa e Projeto, também com a devida interação com os responsáveis técnicos conforme acima explicitado;</p>	Em atendimento	não há	<p>Meta sendo atendida no âmbito do Plano de Gerenciamento do PBA do PGA que fornece os padrões para elaboração dos relatórios gerenciais, controla os prazos de emissão dos relatórios internos e externos por meio do Sistema de Alerta interno aos <i>players</i> do PBA e PBA-CI, realiza o acompanhamento do atendimento a condicionantes, às demandas provenientes de Ofícios dos órgãos intervenientes bem como de autorizações, compromissos assumidos durante reuniões, negociações, acordos com partes interessadas, entre outros requisitos aplicáveis ao empreendimento.</p>
<p>À organização de toda a documentação relativa ao processo de implantação do PBA, bem como o gerenciamento de sua divulgação interna e externa ao empreendedor; e</p>	Em atendimento	não há	<p>Considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos, fluxos e registros, ocorre de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Assim, esta meta está sendo atendida com base no arcabouço documental estabelecido no âmbito do SGA, que é reportado periodicamente nos relatórios consolidados.</p>
<p>À otimização de recursos humanos e logísticos previstos para a implementação dos diferentes Planos, Programas e Projetos, procurando viabilizar o emprego sistêmico desses recursos sem comprometer a qualidade técnica e o escopo das ações propostas mas, lado outro, procurando, através da interação, obter a desejada sinergia entre os resultados e conclusões obtidos, tornando mais eficazes as ações mitigadoras ou compensatórias propostas em decorrência de monitoramentos.</p>	Em atendimento	não há	<p>A integração entre os diferentes pacotes de trabalho com nítidas interfaces, antes já detectadas em Matriz de Interfaces elaborada quando do início da implementação do PGA, continua a ser operacionalizada e evidenciada por meio da constituição e realização de reuniões periódicas, em campo, de Grupos de Trabalho (GT's).</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>A revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da etapa de Implantação, contando, para tal, com a implementação de sistema de registro, inclusive fotográfico, da evolução das obras e com a realização de auditorias ambientais internas do SGA, conforme explicitado mais à frente neste item, com ênfase, mais especificamente, para as auditorias ambientais das instalações, com periodicidade trimestral;</p>	Em atendimento	não há	<p>O atendimento a essa meta encontra-se evidenciado nos procedimentos denominados: Padrão de Sistema de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais; Padrão de Sistema de Tratamento de Não conformidades, ações corretivas e preventivas; Padrão de Sistema de Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte.</p>
<p>A interação com a equipe de construção, acompanhando, na frente de obras, a adoção de medidas preventivas e gerando evidências de atendimento aos procedimentos ambientais aplicáveis de controle dos aspectos ambientais do empreendimento em sua etapa de Implantação.</p>	Em atendimento	não há	<p>O atendimento à meta em questão é viabilizada, dentre outras estratégias, pelo registro e tratamento de não conformidades e desvios, em conjunto a equipe responsável pela coordenação do Plano Ambiental de Construção (PAC), bem como pela realização de reuniões semanais para acompanhamento desse Plano, congregando representantes da Norte Energia, da empresa Gestora, da empresa Coordenadora do PAC e dos Consórcios Construtor e Montador. Maiores detalhes no item "Gestão da Conformidade" no item 2.2 deste relatório.</p>
<p>A manutenção de contatos periódicos com os órgãos licenciadores, através das equipes previstas para a implementação do PGA, assim como com autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento, observando-se que todos os contatos deverão ser objeto da elaboração, no âmbito do Plano em tela, de atas de reunião divulgadas internamente ao empreendedor;</p>	Em atendimento	não há	<p>Todos os contatos são mantidos, exclusivamente, por representantes do empreendedor, seja com órgãos licenciadores, autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento. Os registros dos assuntos e dos respectivos encaminhamentos é feito conforme modelos de Ata de Reunião adotados e em vigor.</p>

META	STATUS DE ATENDIMENTO	ALTERAÇÕES DE ESCOPO OU PRAZO	JUSTIFICATIVA PARA O STATUS E ALTERAÇÕES
<p>O estabelecimento de um espaço de efetiva participação das organizações sociais da região de inserção do empreendimento e das populações e comunidades atingidas pela implantação da UHE Belo Monte no desenvolvimento dos Planos, Programas e Projetos previstos no PBA; e</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>A meta em questão vem sendo atendida, em especial, por meio do FASBM cujas reuniões do Colegiado já somam 18, e as demais reuniões, um total de 89 entre as suas 6 comissões e 2 Comitês até então criados. Detalhes dessas reuniões constam do item 2.2 que evidencia a representatividade alcançada por esse instrumento estratégico.</p>
<p>A estruturação e a operacionalização, no âmbito do SGA, de sistema de atendimento a consultas e reclamações das partes interessadas, contando com a realização das denominadas auditorias de questões ambientais, com periodicidade trimestral, também integrantes do conjunto de auditorias internas do SGA.</p>	<p>Em atendimento</p>	<p>não há</p>	<p>Esta meta vem sendo atendida pelo estabelecimento de Mecanismo de Reclamações expresso no procedimento denominado "Padrão de Sistema Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade" e dos canais de interação social e comunicação - "Belo Monte Aqui", cujos canais funcionam continuamente e compreendem os 11 municípios da AID.</p>

2.5. ATIVIDADES PREVISTAS

Assim, a seguir é apresentada uma atualização da resposta ao Item 2 do Ofício 02001.006165/2015-03 DILIC/IBAMA de 22/06/2015 contendo as Metas, considerações gerais e ações associadas.

Quadro 2 – 20 - Metas e Ações Associadas

METAS	CONSIDERAÇÕES GERAIS E AÇÕES ASSOCIADAS
<p>1. Gerenciamento e controle da implementação do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM).</p>	<p>Para o atendimento dessa meta foi estruturado e apresentado, ao Ibama, o Plano de Gerenciamento do Enchimento dos Reservatórios (PGER), constante do PERBM, para gerenciamento e controle da implementação dos 16 (dezesesseis) pacotes de trabalho que, além do PGER, o compõem em termos do cumprimento do escopo de todos os trabalhos necessários para atingir os seus objetivos.</p> <p>Em termos metodológicos, o PGER se fundamenta em três princípios básicos: (i) a rastreabilidade, sendo capaz de permitir o rastreamento da informação gerencial, controlando, assim, todo desvio das linhas de base definidas para o escopo e tempo; (ii) a garantia da segurança da informação gerencial sobre o andamento do PERBM, organizando níveis de reporte e controle de acordo com a governança do Plano; e (iii) a visão sistêmica sobre o andamento do escopo do PERBM, fornecendo informações confiáveis e rastreáveis, subsidiando tomadas de decisões e emitindo informação gerencial com base nos dados monitorados.</p> <p>No Ofício OF 02001.013024/2015-39 de 25/11/2015 o IBAMA considerou o Plano de Enchimento adequado, desde que atendidas recomendações elencadas ao longo do Parecer, nos termos da condicionante 2.5 da Licença de Operação nº 1317/2015 e no parecer PAR. 02001.004317/2015-25 COHID IBAMA especificou, no tocante ao Plano de Comunicação Institucional e Interação Social (grifo nosso):</p> <p><i>“O gerenciamento das comunicações prevê um fluxo de coleta de informações sobre o andamento do PERBM e a elaboração de <u>Relatório Consolidado Mensal</u> pela empresa gestora – Ferreira Rocha – que descreverá as informações identificadas por meio das reuniões e das coletas dirigidas. Esses relatórios serão direcionados ao GT do PERBM, objetivando a apresentação e nivelamento geral sobre o andamento de cada projeto”.</i></p> <p>Assim, em 29/12/2015, a CE 477/2015-DS enviou ao IBAMA o <u>1º Relatório Consolidado Mensal (RCM)</u> do Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte, inaugurando uma série de relatórios mensais em observância à referida demanda.</p>
<p>2. Supervisão da implementação do PBA na fase pós Licença de Operação (LO) e das condicionantes da LO, em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos no relatório “PBA UHE Belo Monte – Metas, Ações e Cronogramas para a Fase pós Licença de Operação”.</p>	<p>Continuidade da mesma metodologia utilizada na Etapa de Implantação para o gerenciamento e controle da implementação do PBA e do atendimento das condicionantes da LI em estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos no PBA, para todos os Planos, Programas e Projetos que permanecerem durante a etapa de Operação. Destaca-se, ainda, o Plano de Gerenciamento específico já em vigor para o PERBM, conforme acima.</p>
<p>3. Gerenciamento das interfaces entre os diferentes Planos, Programas e Projetos na fase pós LO, inclusive no tocante àqueles integrantes do PBA do Componente Indígena (PBA-CI), procurando, por meio da interação entre equipes por eles responsáveis, obter a desejada sinergia entre as ações, resultados e conclusões obtidos, tornando mais eficazes as ações preventivas, mitigadoras, compensatórias ou de monitoramento propostas.</p>	<p>O primeiro passo para a identificação da rede de precedência de informações e de prazos a elas relacionados, a circular entre os diferentes Planos, Programas e Projetos tanto do PBA, como do PBA-CI, deverá ser retratar, em uma matriz de interface, as inter-relações entre essas diferentes medidas previstas no âmbito dos dois documentos supracitados aplicados à fase pós obtenção da LO e, na sequência, à Etapa de Operação propriamente dita.</p> <p>Uma vez estabelecido, por meio da Matriz de Interface, com “quem” cada Plano, Programa ou Projeto deverá “dialogar”, sempre levando em consideração tanto o PBA quanto o PBA-CI, há que se identificar o “tipo de diálogo” que poderá ser mantido por esse Plano, Programa ou Projeto com cada “interlocutor”. Isto é, qual o tipo de informação que um pacote de trabalho poderá gerar que interesse ao outro com o qual mantém interrelação ou, lado outro, o tipo de informação que esse mesmo pacote de trabalho “terá interesse em receber” de seu interfaceador. E mais, quando cada uma dessas informações será gerada, em termos periódicos.</p> <p>Um aspecto facilitador da adequada identificação dessas interfaces e da eficácia de sua gestão é que a <u>empresa hoje responsável pelo gerenciamento e controle das ações do PBA é também responsável pelo Gerenciamento do Projeto afeto ao Componente Indígena, o que representa, entre outros benefícios, uma uniformização de ferramentas e procedimentos aplicados a ambos os PBAs</u>. Nesse sentido, cabe salientar que o Plano de Gerenciamento do PBA-CI já está em vigor e as ferramentas estão sendo adotadas, tanto pelo empreendedor, como pelas empresas executoras contratadas para implantação do PBA-CI.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Realização de Workshop interno à Norte Energia reunindo a equipe Gestora e as equipes responsáveis pela implementação das ações do PBA e do PBA-CI pós obtenção da LO, para a atualização da Matriz de Interfaces – Formação de Grupos de Trabalho (GTs) com reuniões periódicas, de modo a congregar equipes responsáveis pela implementação de pacotes de trabalho que mantenham maior número de interfaces, com vistas a discutir ações planejadas e em andamento no bojo de cada pacotes de trabalho e otimizações possíveis em termos de novas ações preventivas, mitigadoras, compensatórias ou de monitoramento cruzado; e – Atualização periódica da Matriz de Interfaces.
<p>4. Acompanhamento e informe, às instâncias diretivas do empreendedor, do desempenho de cada Plano, Programa e Projeto do PBA que comporte ações na fase pós LO, por meio de indicadores específicos, interagindo tecnicamente com os seus responsáveis para a promoção de ajustes,</p>	<p>A mesma metodologia utilizada na Etapa de Implantação para o gerenciamento e controle da implementação do PBA e do atendimento das condicionantes da LI continuará com vistas ao estrito cumprimento dos escopos, produtos e cronogramas-meta estabelecidos no PBA, para todos os Planos, Programas e Projetos que permanecerem durante a etapa de Operação.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Análise dos Planos de Trabalho Detalhados (PTDs) elaborados para cada pacote de trabalho que comporte ações pós LO (aquelas ações pertinentes ao processo

METAS	CONSIDERAÇÕES GERAIS E AÇÕES ASSOCIADAS
quando necessário.	<p>de formação dos reservatórios já foram contempladas no PERBM) para identificar, a partir dos cronogramas detalhados, marcos gerenciais, além dos indicadores propostos para acompanhar o desempenho dos Planos, Programas e Projetos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de <i>Workshop</i> interno à Norte Energia reunindo a equipe Gestora e as equipes responsáveis pela implementação das ações do PBA pós obtenção da LO, para a discussão e consolidação dos marcos gerenciais e indicadores afetos a cada pacote de trabalho; - Continuidade da análise, pela equipe gestora, dos Relatórios Gerenciais Mensais das Executoras (RGM-Es), a contemplar obrigatoriamente os marcos gerenciais e os indicadores consensados no Workshop supracitado, além de uma avaliação crítica do andamento dos pacotes de trabalho; - Realização de inspeções periódicas, pela equipe Gestora, para complementação da análise dos RGM-Es, com foco na checagem da acurácia dos indicadores informados para o período; e - Elaboração e emissão, pela equipe Gestora, de boletins executivos minimamente mensais para os níveis de Diretoria, Presidência, Comitês e Conselho de Acionistas da Norte Energia, sintetizando, por meio do avanço dos marcos gerenciais e dos resultados dos indicadores, o andamento dos diferentes pacotes de trabalho e o cumprimento das condicionantes da LO que se têm mostrado de importância estratégica no processo de tomada de decisão e no atendimento aos requisitos e na <i>performance</i> ambiental do empreendimento. <p>Destaca-se, ainda, a continuidade do Plano de Gerenciamento específico já em vigor para o PERBM, conforme acima.</p>
5. Informe aos agentes financiadores da UHE Belo Monte do desempenho de cada Plano, Programa e Projeto do PBA que comporte ações na fase pós LO, por meio de indicadores e reportes específicos	<p>Continua em curso a mesma metodologia e o mesmo tipo de reportes utilizados na Etapa de Implantação para informar aos agentes financiadores da UHE Belo Monte – sejam eles signatários ou não dos Princípios do Equador - do andamento do PBA e do atendimento das condicionantes da LI.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de reunião do empreendedor e da equipe Gestora com os agentes financiadores e seus auditores independentes para discussão e consolidação dos tipos de reporte e sua periodicidade; - Elaboração, consolidação e emissão dos reportes periódicos aos agentes financiadores - sejam eles signatários ou não dos Princípios do Equador - do andamento do PBA e do atendimento das condicionantes da LI; e - Acompanhamento de missões periódicas de campo dos agentes financiadores e seus auditores independentes.
6. Consolidação, por meio de sistema de informações ambientais georreferenciadas, dos resultados dos monitoramentos sistemáticos realizados nos Planos, Programas e Projetos com continuidade pós LO - e porventura complementados por condicionantes da LO.	<p>Permanece a operacionalização do SIG-A para coleta, armazenamento e disponibilização das informações ambientais georreferenciadas afetas aos resultados dos monitoramentos sistemáticos de campo a serem realizados nos Planos, Programas e Projetos com continuidade pós LO ou dos monitoramentos afetos às condicionantes.</p> <p>No contexto do Geoexplor, que pode ser acessado via internet pelos usuários do Sistema, será permitido, a exemplo do que já acontece para a Etapa de Implantação, identificar em mapa as áreas e locais de monitoramentos ambientais previstos para a Etapa de Operação da UHE Belo Monte, a sua abrangência espacial e a multidisciplinariedade dos levantamentos, pesquisas e monitoramentos de campo incorporados no Banco de Dados, no âmbito dos diferentes Planos, Programas e Projetos do PBA aplicáveis a essa Etapa. Por sua vez, a edição dos dados, bem como a operacionalização e importação das camadas espaciais georreferenciadas, poderão continuar a serem feitas via <i>Geoserver</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alimentação do SIG-A, elaboração de relatórios e suporte técnico, observando-se que os formatos dos dados apresentados pelas empresas executoras dos Planos, Programas e Projetos ambientais relacionados à Etapa de Operação deverão continuar a atender às orientações dos Pareceres Técnicos 52/2011 e 143/2012, emitidos pelo Ibama. Esses dados continuarão a ser disponibilizados pelas empresas executoras com periodicidade semestral. - Importação/atualização, no GeoExplor, de todos os dados de monitoramento ambiental afetos ao 9°RC do PBA da UHE Belo Monte que fazem interface com o SIG-A. - Manutenção de auxílio da equipe que operacionaliza o SIG-A aos integrantes das Superintendências temáticas da Norte Energia, na consulta, disponibilização, processamento e visualização de dados de monitoramento ambiental e mapeamento cartográfico. - Auxílios à equipe responsável pela operacionalização do Banco de Dados do componente Indígena e demais usuários do sistema (SIG-A), com eventuais esclarecimentos ao órgão ambiental, quanto ao Banco de Dados da Norte Energia, bem como os atendimentos às condicionantes e procedimentos acordados, associados.
7. Revisão técnica dos relatórios emitidos no âmbito de cada Plano, Programa e Projeto do PBA que comporte ações na fase pós LO, também interagindo tecnicamente com os responsáveis técnicos pelos mesmos para a promoção de ajustes e complementações, quando necessário.	<p>Adoção da mesma metodologia utilizada na Etapa de Implantação, mantendo-se um conjunto de consultores especialistas – o denominado Núcleo de Análise Crítica (NAC) – da empresa Gestora à disposição para as avaliações de relatórios, Notas Técnicas e ofícios, de cunho técnico, destinados à emissão junto ao Ibama ou a outras instituições intervenientes no processo de licenciamento da UHE Belo Monte. Essas análises estendem-se aos Relatórios Gerenciais Mensais elaborados e emitidos pelas executoras (RGM-Es), retratando o andamento de cada pacote de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão técnica, pelo NAC, de relatórios, Notas Técnicas e ofícios de cunho técnico, com emissão de pareceres internos à Norte Energia; - Revisão técnica pelo NAC, com periodicidade mensal, dos RGM-Es, com emissão de pareceres internos à Norte Energia; e - Reuniões, quando cabível, com responsáveis técnicos pelos documentos supracitados para discussão dos pareceres, promoção de ajustes e complementações. <p>Vale destacar que a mesma sistemática já está em curso no âmbito do PBA-CI.</p>
8. Controle de prazos para emissões internas e externas ao empreendedor dos relatórios produzidos no contexto de cada Plano, Programa e Projeto que comporte ações na	<p>O controle de prazos tanto de emissões de relatórios internos e externos quanto do atendimento às demandas e requisitos do processo de licenciamento continua a ser conduzido pelo Sistema de Alerta, também extensivo ao Componente Indígena do PBA.</p>

METAS	CONSIDERAÇÕES GERAIS E AÇÕES ASSOCIADAS
fase pós LO, também com a devida interação com os seus responsáveis técnicos.	<p>Referido sistema, veiculado internamente e implantado no âmbito do SGP, aponta as demandas e os compromissos estabelecidos por meio de ofícios/correspondências, licenças, condicionantes, autorizações, desvios e não conformidades identificadas, bem como providências definidas em Atas de Reunião externas e internas, e permite a continuidade do acompanhamento e do atendimento às demandas e obrigações do empreendedor junto aos diferentes órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte, bem como aos agentes financiadores.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento semanal, pelo Sistema de Alerta, do atendimento a condicionantes da LO e das demandas provenientes de Ofícios dos órgãos intervenientes no processo de licenciamento; e - Emissão semanal de boletins para o Diretor, Superintendentes e Gerentes da Diretoria Socioambiental monitorando o conteúdo e os prazos das demandas provenientes do Ibama, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério da Saúde (MS), Agência Nacional das Águas (ANA), além de outros órgãos intervenientes no processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte e o seu atendimento/ respostas, sendo que os prazos atrelados a essas demandas são gerenciados no âmbito do Sistema de Alerta supracitado.
9. Organização de toda a documentação relativa ao processo de implantação do PBA na fase pós LO, bem como o gerenciamento de sua divulgação interna e externa ao empreendedor.	<p>Considerando a busca da melhoria contínua, a criação e a revisão de documentos, fluxos e registros, continuam a ocorrer de forma permanente, sendo determinante para adequar o sistema à realidade atual e à melhoria do desempenho do empreendedor. Merecem destaque procedimentos afetos à atualização periódica dos impactos ambientais, para a gestão da conformidade e para atividades de supervisão.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da divulgação tempestiva de documentos e registros, em sua versão válida, no SGP interno à Norte Energia; - Continuidade da divulgação de documentos e registros, em sua versão válida, nos relatórios consolidados semestrais.
10. Revisão e reavaliação sistemáticas dos impactos ambientais gerados pelas intervenções da Etapa de Operação e da eficácia das medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias previstas para essa Etapa no relatório “PBA UHE Belo Monte – Metas, Ações e Cronogramas para a Fase pós Licença de Operação”, contando, para tal, com a implementação de vistorias periódicas da equipe responsável pela gestão.	<p>Adotada a mesma metodologia utilizada na Etapa de Implantação que prevê:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Continuidade da aplicação da sistemática de acompanhamento e atualização dos impactos ambientais declarados no EIA para a Etapa de Operação, de modo a identificar e avaliar novos impactos que venham a surgir, bem como as ações de gestão planejadas, implantadas e/ou novas ações propostas para fazer frente a esses impactos, sua associação com os Planos, Programas e Projetos do PBA, bem como a efetividade das referidas ações. As atualizações periódicas de impactos deverão continuar a manter, na íntegra, a metodologia de caracterização e avaliação de impactos detalhada e aplicada no EIA, adotando-se, para fins de registro, o mesmo tipo de Planilha já em prática, que possibilita acompanhar e atualizar os Impactos significativos, bem como avaliar a efetividade das ações de gestão para a UHE Belo Monte; e - Realização de inspeções periódicas de campo, pela equipe Gestora, para complementação da análise supracitada.
11. Manutenção de contatos periódicos com os órgãos licenciadores, assim como com autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento.	<p>Adotada a mesma metodologia utilizada na Etapa de Implantação, que prevê a concentração e a realização desses contatos em <i>representantes do empreendedor</i>.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manutenção de contatos periódicos com os órgãos licenciadores, assim como com autoridades ambientais diversas, representantes de setores de meio ambiente/desenvolvimento sustentável de instituições financeiras envolvidas no processo de implementação do UHE Belo Monte, além de representantes dos poderes públicos municipais da região de inserção do empreendimento; - Continua o registro dos assuntos tratados e dos encaminhamentos conforme modelos de ata de reunião já consolidados e em vigor; e - Continuidade do acompanhamento semanal, internamente à Norte Energia, pelo Sistema de Alerta, das demandas oriundas desses contatos.
12. Manutenção de um espaço de efetiva participação das organizações sociais da região de inserção do empreendimento e das populações e comunidades atingidas pela operação da UHE Belo Monte, no desenvolvimento dos Planos, Programas e Projetos previstos no relatório “PBA UHE Belo Monte – Metas, Ações e Cronogramas para a Fase pós LO”.	<p>O espaço de participação popular é proporcionado pelo Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte (FASBM) e suas Comissões e Comitês temáticos, em operação há quatro anos, que vem sendo continuamente acompanhado pelo Ibama, com representantes de sua sede e de seu escritório regional. Além do Ibama e da Norte Energia, mais 25 (vinte e cinco) outras instituições integram o seu Colegiado e mais de 140 fazem parte das representações que compõem suas seis Comissões e dois Comitês.</p> <p>Continuará, minimamente no primeiro semestre de 2016, a realização das reuniões do colegiado do FASBM, com periodicidade trimestral, e de suas Comissões e Comitês temáticos, instrumento de participação efetiva e transparente de diálogo das temáticas relacionadas à UHE Belo Monte com a sociedade civil e lideranças. Detalhes dos resultados no item de “Comunicação” deste relatório.</p>
13. Manutenção, no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), de sistema de atendimento a consultas e reclamações das partes interessadas	<p>Continuidade de aplicação do mecanismo de reclamações (de acordo com procedimento denominado “Padrão de Sistema Mecanismo de Atendimento e Resposta à Comunidade”) e dos canais de interação social e comunicação - “Belo Monte Aqui”, que têm permitido a concretização de sistema de consultas e reclamações das partes interessadas no âmbito dos 11 (onze) municípios da All.</p>

2.6. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES PREVISTAS

O Cronograma gráfico deste Plano é apresentado na sequência.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PGA constante do PBA da UHE Belo Monte explicita que diversos Planos, Programas e Projetos, vigentes na Etapa de Implantação, contemplam ações que perduram pela etapa subsequente de Operação, com destaque para aquelas de cunho mitigador, compensatório e de monitoramento afetas ao TVR. A continuidade e as prioridades de atuação do PGA durante a etapa de operação, são apontadas no PBA conforme abaixo (vol. I – 2 – PGA, pg. 7, 8, 12 – grifo nosso):

“o objetivo maior do referido Plano é configurar, efetivamente, um instrumento de supervisão/fiscalização das obras e da operação da UHE Belo Monte (...) com atividades de acompanhamento, controle e avaliação funcionais qualitativas e quantitativas, com procedimentos e sistematizações que possibilitem a gestão do conhecimento gerada pelo resultado da implementação dessas atividades e com uma estrutura organizacional de pessoas que permita a sua execução e a contínua interface com as partes interessadas”.

“O PGA, e conseqüentemente o SGA a ele associado, deverão ser postos em prática durante todo o período de implantação da UHE Belo Monte (...), a fase de construção das obras principais componentes do arranjo geral e a fase de comissionamento de equipamentos eletromecânicos, estendendo-se pela etapa de operação do empreendimento, em especial no que tange aos primeiros seis anos a partir da entrada “a plena carga” das unidades geradoras da Casa de Força Principal (...) o Hidrograma Ecológico de Consenso, proposto no EIA, deverá ser objeto de reavaliação à luz dos resultados dos monitoramentos componentes do Plano de Gerenciamento Integrado da Volta Grande do Xingu (...) Assim, assumirá especial importância a manutenção, durante minimamente esses seis anos iniciais, de um PGA rigoroso que possibilite a acurácia desejada na obtenção, registro e armazenamento das informações afetas às ações de monitoramento. Assim, durante a etapa de Operação do empreendimento, a despeito de serem feitos eventuais ajustes na especificação executiva ora apresentada para fazer frente a aspectos ambientais característicos dessa etapa, deverá ser mantida a estruturação básica do Plano e do SGA ora contemplada”.

Assim, referido PGA antevê a necessidade de gerenciamento das metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos relacionados a essas ações no período de geração comercial das duas Casas de Força que compõem o empreendimento hidrelétrico em tela.

Além disso, há que se destacar que o Plano de Enchimento dos Reservatórios da UHE Belo Monte (PERBM), estruturado em 17 (dezessete) Planos Temáticos, inclui um Plano de Gerenciamento (PGER) do PERBM em termos de seu escopo, cronograma, comunicações e riscos, o qual já se encontra em vigor.

A implantação do PBA da UHE Belo Monte, que contempla 117 pacotes de trabalho, além de seu PBA-CI, com outros 27 (vinte e sete) componentes a serem gerenciados por terra indígena, demandava a operacionalização de um sistema de gestão ambiental adequadamente estruturado, capaz de proceder à gestão da informação – em termos de acessibilidade, rastreabilidade e confiabilidade - entre os diferentes *players* do Projeto (desde seus níveis operacionais até a alta direção da empresa e seus acionistas), à homogeneização de procedimentos e padrões, ao registro e tratamento de desvios e não conformidades, ao acompanhamento do atendimento de

escopo, prazos e demais requisitos do processo de licenciamento, bem como à comunicação estratégica, interna e externamente aos *players* supracitados.

Nesses termos, considera-se, ao final de mais de quatro anos decorridos da Etapa de Implantação da UHE Belo Monte, que o PGA originalmente delineado vem cumprindo seus objetivos e é também visível o processo contínuo de adoção de novas ferramentas ao Plano de Gerenciamento do PBA (PG-PBA) proposto, ainda em meados de 2011, que permitem evidenciar a melhoria do desempenho do empreendimento, conforme relatado a seguir.

Nesse sentido, vale analisar a *performance* de alguns indicadores de desempenho do PGA, avaliados a partir de dados e informações obtidos junto ao IBAMA por meio do conteúdo de seus Pareceres Técnicos a respeito dos RCs semestrais. A planilha, a seguir, sintetiza a avaliação do próprio órgão ambiental a respeito do andamento dos pacotes de trabalho que compõem o PBA a partir dos Pareceres Técnicos emitidos sobre cada RC semestral já analisado.

Relatório	Avaliação Ibama	Total de Programas avaliados	Estágio de implantação dos Programas ambientais da UHE Belo Monte		
			Adequados	Ajustes ou adequações	Pendências
1º	Parecer Técnico nº 143/2011	93 programas	15%	19%	66%
2º	Parecer Técnico nº 168/2012	86 programas	49%	46%	5%
3º	Parecer Técnico nº 4933/2013	89 programas	56%	36%	8%
4º	Pareceres Técnicos nº 7244/2013 e nº 7802/2013	76 programas	86%	12%	2%
5º	Pareceres Técnicos nº 1553/2014 e nº 2586/2014	82 programas	74%	22%	4%
6º	Pareceres Técnicos nº 5036/2014, nº 286/2015 e nº 415/2015	79 programas	80%	15%	5
7º Final Consolidado	Pareceres nº 3622/2015 e 76/2015 NLA/MG	99 programas	82%	6%	12%

Fonte: Despacho 02001.025408/2015-02 DILIC IBAMA de 18/09/2015 de Análise do Relatório Final Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e Atendimento de Condicionantes da Licença de Instalação (LI) nº 795/2011 e manifestação sobre o requerimento de Licença de Operação (LO) para a UHE Belo Monte.

O total de pacotes de trabalho analisados em cada RC semestral mostra-se variável, dado que alguns são considerados pelo IBAMA como objeto de avaliação por

instituições específicas. De acordo com o IBAMA, “A análise referente ao Relatório Final Consolidado foi a mais ampla realizada pela equipe durante o acompanhamento, abrangendo 99 dos 100 projetos do PBA da UHE Belo Monte, sob responsabilidade analítica do Ibama (...) não contemplaram avaliação de 6 programas e projetos do PBA. Deste total, 05 programas são acompanhados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, Iphan e DNPM”.

Os dados permitem observar uma evolução significativa, se considerado que os programas com pendências passaram de 66% no 1º Relatório para 12% no 7º Relatório; enquanto aqueles programas com ajustes ou adequações saíram de 19% no 1º Relatório para 6% no 7º Relatório e, por fim, aqueles considerados adequados saltaram de 15% no 1º Relatório para 82% no 7º Relatório.

No que tange à Gestão da Conformidade, a estratégia contínua de campanhas preventivas de campo, do reporte semanal pelo Sistema de Alerta e das reuniões de alinhamento, resultou numa maior integração das equipes, na redução efetiva do número de desvios e, no final do segundo semestre de 2015, culminou na ausência de NCs atrasadas ou sem atendimento, o que possibilitou a melhoria do desempenho do empreendimento.

Insta ainda observar os benefícios que vêm sendo adquiridos, em termos de acervo de dados e informações, pela implementação do SIG-A desde o início da Etapa de Implantação e seu processo de melhoria contínua, com destaque para a integração deste sistema com aquele sendo implantado pelo Componente Indígena, denominado de SIG-I. O Banco de Dados de monitoramento ambiental da UHE Belo Monte foi estruturado e compilado desde o início da implantação do empreendimento e vem sendo alvo de constante aprimoramento. Esta ferramenta continua a permitir o repositório, a consulta e a disponibilização de uma ampla gama de dados dos diferentes pacotes de trabalho.

O acervo, principalmente afeto aos meios físico e biótico, viabiliza a realização de avaliações espaciais e temporais complexas a partir da sua consulta, cruzamento de dados e/ou análise, ainda em relação àqueles levantados no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), tanto para fins de estabelecimento de linha de base de monitoramento, como para retroalimentar a avaliação de impactos ambientais. Assim, trata-se de ferramenta fundamental que subsidia a proposição de novas ações de gestão para fazer frente aos impactos gerados pela UHE Belo Monte, seja em sua etapa de implantação quanto de operação e, portanto, de melhoria do desempenho do empreendimento como um todo, incluindo o Componente Indígena.

Especificamente no que tange ao PBA-CI, vale salientar que, considerando que a empresa gestora do PBA, desde outubro de 2015, tornou-se responsável também pelo Gerenciamento de Projetos aplicados à Gestão do PBA-CI, existe uma padronização efetiva de ferramentas, estratégias e procedimentos sendo adotados, incluindo aquelas relativas à gestão das interfaces e do atendimento a requisitos, entre outras.

Os resultados dessa extensão ao PBA-CI de métodos e práticas de gestão trazem benefícios importantes, tais como a agilidade do processo decisório para a

implementação das ações ambientais originalmente previstas, bem como daquelas a título de aprimoramento da *performance* ambiental com relação à prevenção, mitigação e compensação de impactos sobre as populações e terras indígenas. Idem no tocante à implementação da metodologia de identificação e controle de pacotes de trabalho considerados como merecedores de um nível próprio de gestão em função dos níveis de riscos a eles associados.

Por fim, vale observar que a experiência e as lições aprendidas ao longo do processo de gestão ambiental na Etapa de Implantação da UHE Belo Monte mostraram-se fundamentais para a gestão do processo de formação dos reservatórios do Xingu e Intermediário que, conforme explicitado em item específico deste Relatório – PERBM - foi estruturado na forma de um Projeto, com um sistema de gerenciamento próprio (PGER) que faz uso das mesmas categorias de gestão até agora em uso no PBA e no PBA-CI. Ou seja, a composição de um Plano de Gerenciamento (com suas componentes específicas de gerenciamento de escopo, prazo, custos, comunicação, aquisições, monitoramento, riscos e partes interessadas), de um sistema de identificação e controle de componentes merecedores de um nível de gestão mais acurado, de um sistema de gestão de documentação, de um acompanhamento em campo e de um suporte de informações georreferenciadas.

2.8. EQUIPE TÉCNICA DE TRABALHO

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CTF
Ângelo Luiz Assunção	Engenheiro Ambiental	Profissional da equipe do PMO	CREA MG0000149499/D	-
Antenor Guilherme Melo	Engenheiro Florestal	Profissional da equipe de campo	CREA/AM 18403	-
Carmem Silvia Treuherz Salomão	Administradora de Empresas, Mestre em Gestão Ambiental	Coordenadora do SGA e responsável pela interface técnica com o PBA-CI	Não possui	5391776
Cecília Alarsa	Geógrafa	Consultora Socioambiental para o atendimento aos Princípios do Equador	CREA/SP 5060306087	35192
Cenilson José da Rocha	Administração de Empresas	Assessoria administrativa	Não possui	5518184
Cristiano Figueiredo Lima	Geógrafo	Coordenador interno para o SIG-A	CREA/RJ 142138/D	2473110
Delfim José Leite Rocha	Engenheiro Civil	Gestor Geral do PGA	CREA/RJ-3238/D	3868639
Douglas R. Borges	Engenheiro Ambiental	Operacionalização do Banco de Dados Georreferenciado e suporte a análises geoespaciais	Não possui	5800634
Edna Campos	Tecnóloga em Gestão Ambiental	Assessoria de Coordenação do SGA	Não possui	Não possui
João Carlos de Sá	Engenheiro Florestal especialista em Gestão Ambiental	Coordenador Geral de Campo e Coordenador, pela Gestora, do PERBM	CREA RO 610/D	5396831
Lair da Silva Freitas	Engenheiro Sanitarista	Profissional da equipe de campo, responsável por inspeções do Programa de Controle Ambiental Intrínseco e pelas interfaces com o PBA-CI	CREA 11020/D PA	5515322
Luiz Kleber Sena de Araújo	Engenheiro Florestal	Profissional da equipe de campo	041140629-9/AM	5655317
Rafael Mouzinho Franco	Engenheiro de Produção	Coordenador do escritório de	CREA/MG 125286/D	5389547

PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL CTF
		Gerenciamento de Projeto (PMO) do PBA e do PBA-CI		
Ricardo Carneiro	Advogado	Consultor para assuntos jurídico-ambientais	OAB/MG 0062391	4374765
Thomaz Pinheiro da Costa Lage	Arquiteto	Consultor interno para projetos e obras sociais	CAU A29925-1	2105495

2.9. ANEXOS

Anexo 2 - 1 – Planilha de Acompanhamento e Atualização Periódica dos Impactos Ambientais;

Anexo 2 - 2 – Planilha de Normas e Leis do PBA, dez/15;

Anexo 2 - 3 – Manual de Requisitos Jurídico-Ambiental R07;

Anexo 2 - 4 – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aplicado às Obras do Entorno (PGRS-OE) R00;

Anexo 2 - 5 – Padrão de Sistema de Supervisão Ambiental da Obra Principal da UHE Belo Monte R04;